

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - CED
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO - MEN
CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA

Marcia Zumbach

**CONSTRUINDO UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA
FUNDAMENTAR A ATUAÇÃO DE UMA LICENCIADA EM EDUCAÇÃO DO
CAMPO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPO ALEGRE (SC)**

FLORIANÓPOLIS

2021

Marcia Zumbach

**CONSTRUINDO UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA
FUNDAMENTAR A ATUAÇÃO DE UMA LICENCIADA EM EDUCAÇÃO DO
CAMPO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPO ALEGRE (SC)**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação
em Licenciatura em Educação no Campo do
Centro de Ciências da Educação da
Universidade Federal de Santa Catarina como
requisito para a obtenção do título de
Licenciatura em Educação no Campo;
Orientadora: Prof^ª Dra. Thaíse Costa Guzzatti

FLORIANÓPOLIS

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Zumbach, Marcia

Construindo uma proposta pedagógica para fundamentar a atuação de uma Licenciada em Educação do Campo na Rede Municipal de Campo Alegre (SC) / Marcia Zumbach ; orientador, Thaíse Costa Guzzatti, 2021.

76 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Graduação em Educação do Campo, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Educação do Campo. 2. Ensino de Ciências. 3. Plantas Medicinais. 4. Proposta Pedagógica. I. Guzzatti, Thaíse Costa. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Educação do Campo. III. Título.

Marcia Zumbach

**CONSTRUINDO UMA PROPOSTA PEDAGÓGICA PARA
FUNDAMENTAR A ATUAÇÃO DE UMA LICENCIADA EM EDUCAÇÃO DO
CAMPO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CAMPO ALEGRE (SC)**

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Licenciada em Educação do Campo aprovado em sua forma final pelo Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

Florianópolis, 23 de setembro de 2021.

Profa., Dra. Carolina Orquiza Chermem,
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Profa., Dra. Thaíse Costa Guzzatti
Orientadora

Dra. Professora Adjunta do Departamento de Educação do Campo da Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Antonio Munarim
Avaliador

Dr. Professor Titular aposentado do Departamento de Educação do Campo da Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Kelli Buss
Avaliadora

Licenciada em Educação do Campo na EduCampo-UFSC - 2019 e Professora da Educação Básica - Professora de Ciências da Natureza na Escola Polo EEB Prof. Aldo Câmara em Santa Rosa de Lima e Professora de Matemática na Escola Polo EEB Prof. Ângelo Cascaes Tancredo em Palhoça

Dedico essa monografia de TCC ao meu pai, Acir, que soube dar afeto à sua "nenê", tanto na infância, quanto na vida adulta.

Acir presente! Em cada palavra, tempo verbal, ponto, vírgula, alinhamento, entrelinha e espaço... da minha vida!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me proporcionou saúde e força para elaboração deste trabalho e conclusão do curso.

Agradeço imensamente ao meu querido e amado, professor e amigo Feijão por não desistir de mim, e da pesquisa, quando eu mesma já havia desistido.

Agradeço a minha orientadora Thaise pelo incentivo em todos os momentos nesta orientação.

Ao Professor Munarim, que desde o primeiro momento foi minha inspiração, grata por ter despertado em mim o olhar de luta pela educação, e suas realidades, olhar este que irá me acompanhar durante minha trajetória profissional.

Gratidão por terem demonstrando amor e muita dedicação ao seu trabalho como docentes, e assim se tornando grandes exemplos de educadores que levarei para a vida.

Agradeço a Kelli pelo apoio em 2019, através da sua experiência com as plantas medicinais em Rio Fortuna, grata pela partilha de conhecimentos, por ser exemplo de coragem, luta e resistência!

Agradeço aos meus familiares que me apoiaram durante o meu percurso pela faculdade, começando por meu pai que além de me proporcionar amor e incentivo incondicional, enfrentou junto comigo “todas” as dificuldades durante todos esses anos. Aos meus avós por tantos ensinamentos ao longo da vida. Aos meus tios, Nilson e Marlene que me forneceram não somente abrigo, mas acalento e apoio durante os quatro anos de curso. Aos meus irmãos, especialmente ao Eliseu e ao Ricardo por me abraçarem nos melhores e piores momentos durante esta aventura. A minha cunhada Daniela por todo o carinho e otimismo nos momentos mais árduos.

Agradeço infinitamente a minha amiga e parceira de vida Suelen, que me acompanhou desde o início do curso dividindo, não somente as aflições, mas os momentos mais felizes.

Agradeço as minhas amigas Ana Luiza, Ana Paula, Deisy, Jackelyne e Jane que cumpriram o papel de se manterem presentes mesmo distantes para me escutar quando mais precisei, e que me ajudaram de maneira direta ou indireta nesse percurso da vida. Ao Aristeu pelas risadas e palavras sinceras durante as aulas. A minha querida Nossol por compartilhar tantos conhecimentos dentro e fora da sala de aula.

Agradeço aos meus colegas de trabalho por acreditarem no meu potencial durante toda a jornada, me mantendo firme e confiante para seguir em frente. Ao meu amigo Zeca que compartilha comigo diariamente seus conhecimentos sobre a educação e a vida.

Agradeço aos demais envolvidos na elaboração deste trabalho – amigos, familiares, professores e entrevistados – que contribuíram para meu crescimento e amadurecimento profissional e pessoal. O meu singular obrigada.

RESUMO

A partir do reconhecimento de práticas populares de uso de plantas medicinais e remédios caseiros no município essencialmente rural de Campo Alegre, diante dos pressupostos da Educação do Campo, este trabalho tem como objetivo principal apresentar a construção de uma proposta pedagógica para o Ensino de Ciências nas escolas do campo do município de Campo Alegre/SC, a partir do uso de plantas medicinais como sugestão de aprendizado na área das Ciências da Natureza e Matemática, refletindo e debatendo sobre as potencialidades que essa metodologia oferece aos estudantes. A experiência trata especificamente de uma proposta para o ensino fundamental, a partir da perspectiva histórica do município. O trabalho divide-se em três momentos, sendo o primeiro abordagens e discussões específicas sobre o município de Campo Alegre, o segundo apresenta os resultados da pesquisa sobre o uso das plantas medicinais, aprofundando a proposta geral do trabalho e compreendendo as temáticas e abordagens que a mesma proporciona e o terceiro a proposta de prática pedagógica contextualizada para promover em sala de aula o diálogo entre os saberes locais e o conteúdo das Ciências Naturais. O encontro/confronto entre Saber Popular e Ciência, especialmente no que se refere às Plantas Medicinais, essa iniciativa pode mudar "olhares" e valorizar a Educação do Campo no município.

Palavras-chave: Ensino de Ciências; Plantas Medicinais; Proposta Pedagógica.

ABSTRACT

From the recognition of popular practices of the use of medicinal plants and home remedies in the essentially rural municipality of Campo Alegre, in light of the assumptions of “*Educação do Campo*”, this work has as its main objective to present the construction of a pedagogical proposal for the Teaching of Science in the rural schools in the city of Campo Alegre/SC, from the use of medicinal plants as a suggestion for learning in the area of Natural Sciences and Mathematics, reflecting and debating on the potential that this methodology offers to students. The experience is specifically about a proposal for elementary education, from the historical perspective of the city. The work is divided into three stages, the first being specific approaches and discussions about the municipality of Campo Alegre, the second presents the results of research on the use of medicinal plants, deepening the general proposal of the work and understanding the themes and approaches that it provides and the third the proposal of contextualized pedagogical practice to promote in the classroom the dialogue between local knowledge and the content of Natural Sciences. The meeting/confrontation between Knowing Popular and Science, especially with regard to Medicinal Plants, this initiative can change "looks" and enhance Rural Education in the municipality.

Keywords: Science Teaching; Medicinal Plants; Pedagogical Proposal.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa de Localização de Campo Alegre	26
Figura 2 - Gráfico População Urbana e Rural de Campo Alegre	28
Figura 3 - Mapa do Perímetro Urbano de Campo Alegre	29
Figura 4 - Mapa de Campo Alegre sinalizando Perímetro Urbano	29
Figura 5 - Gráfico Agricultura Familiar e Não Familiar em Campo Alegre.....	41
Figura 6 - As reuniões na SACA	46
Figura 7 - O horto e sua diversidade de espécies	47
Figura 8 - Dona Terezinha preparando as plantas para a comercialização.....	47

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Escolas situadas em Campo Alegre, por Rede, com bairro ou linha onde está localizada e sua zona "urbana" ou "rural".

Quadro 2 - Escolas municipais núcleo e escolas que tiveram seu público incorporado e, em consequência, foram paralisadas ou fechadas.

Quadro 3 - Lista das benzedadeiras de Campo Alegre, por localidade em que vivem e atuam.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARCAFAR – Associação Regional das Casas Familiares Rurais

CAP – Capítulo

CONAE – Conferências Nacionais da Educação

EduCampo – Licenciatura em Educação do Campo

EEB – Escola De Ensino Básico

EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

GERED – Gerências Regionais De Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MZ – Marcia Zumbach

NEC – Núcleo Educação Do Campo

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PEE-SC – Plano Estadual de Educação de Santa Catarina

PNE – Plano Nacional de Educação

SACA – Sociedade De Amigos De Campo Alegrensens

SED-SC – Secretaria Estadual Da Educação de Santa Catarina

SESI – Serviço Social da Indústria

SISGESC – Sistema de Gestão da Educação de Santa Catarina

SME-CA – Secretaria Municipal de Educação de Campo Alegre

TCC – Trabalho De Conclusão De Curso

UFSC – Universidade Federal De Santa Catarina

SUMÁRIO

Introdução	16
Capítulo I.....	27
O Campo de onde vejo, reflito e escrevo	27
I.I Pode até não ser Alegre, mas Campo ele é!.....	28
I.II. A rede escolar em Campo Alegre e sua caracterização como urbana ou rural	33
I.III. Uma escola situada no perímetro urbano de Campo Alegre e "legalizada", pela SEE-SC, como "do campo" abre novas perspectivas para o meu debate e minha ação	35
I.IV. De "Froeliches Feld" a Campo Alegre: a história feita de nomes e datas	39
I.V. Adotando a perspectiva dos "anulados", para que as origens não sejam negadas ...	39
I.VI. A agricultura na base da dinâmica econômica municipal.....	41
Capítulo II	44
Analisando experiências passadas com plantas medicinais e outras informações; para balizar minha proposta didática	44
II.I. Uma referência distante no tempo, mas que ainda traz boas pistas.....	44
II.II. O Projeto A Natureza Cura e a educação	50
II.III. "Da vida das escolas rurais isoladas a uma escola isolada da vida rural"	51
II.IV. Pessoas que têm conhecimentos e práticas relacionadas às plantas medicinais; as benzedeiças	53
III.I. Possíveis Caminhos para utilizar as Plantas Medicinais como metodologia no Ensino de Ciências	61
III.II. Buscando uma trilha alternativa para fazer bem o meu trabalho de educadora em Ciências da Natureza e Matemática.....	66
III.III. "Campo Alegre tem remédio"; uma proposta inicial a ser discutida, com a escola, com colegas educadoras/es, com mães e pais de educandas/os, com membros da comunidade, com a Secretaria Municipal de Educação.	68
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
REFERÊNCIAS.....	73

“Olhe ao redor da tua casa. Olhe o mato que tem em volta da tua casa... A cura para a doença que se tem em casa... Muitas são as vezes que exterminamos a nossa própria cura. Por isso, estamos cada vez mais, enfermos e perecemos.”

Irmã Gládis (Entrevista direta)

“Estudo, eu não tenho! Mas, o conhecimento do dia a dia, do conviver da gente, às vezes faz diferença.”

Dair Terezinha F. Waldmann, agricultora familiar e benzedeira, na Comunidade Bateias de Cima, em Campo Alegre (Entrevista direta)

"As pessoas é que desvalorizam o que vem do povo. Pois, mesmo não tendo estudo, as nossas avós sabem melhor do que ninguém a planta que faz bem e a que faz mal. [...] Os conhecimentos sobre as plantas medicinais passaram por esse processo [de acertos e erros]. Por isso, nossas avós sabem a forma correta de se usar. Só não têm estudo".

Salvatina Scaini, que prefere ser chamada de Irmã Angélica. Durante longo tempo, realizou atendimento sobre plantas medicinais, numa "salinha" no hospital municipal. Com a idade (80 anos), passou a dar consultas para poucas pessoas. (Entrevista direta)

INTRODUÇÃO

Ao redigir as primeiras linhas desta versão final da minha monografia, consultei a norma que regulamenta o TCC como componente do Projeto Político Pedagógico da Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Santa Catarina (EduCampo-UFSC). Em seu segundo artigo, ela define:

O trabalho acadêmico, expressão formal do Trabalho de Conclusão do Curso, consiste em pesquisa individual de caráter científico e poderá ser desenvolvido no formato de monografia ou artigo científico. (disponível em educampo.grad.ufsc.br/regulamento-do-tcc/, último acesso em agosto de 2021)

Aprendi ao longo da formação na EduCampo-UFSC – pelas correções e observações feitas por docentes aos meus trabalhos acadêmicos – que uma pesquisa científica não se faz enfileirando, acrítica e desarticuladamente, citações de autores/as. Passei a entender que era indispensável desenvolver a habilidade e a competência para mobilizar as referências para ilustrar e/ou fortalecer argumentos que eu precisava aprender a construir. Lembro de meu primeiro orientador, Professor Wilson (Feijão) Schmidt, me dizer que era preciso que eu mostrasse, no TCC, "capacidade de ser autora". E que isso significava ser capaz de questionar, de refletir, de indagar, em todo o tempo dentro de uma postura ética. Por isso, sempre respeitando as exigências de um trabalho acadêmico, usei nele utilizar a primeira pessoa do singular e não a do plural, muito menos o impessoal. Porque esta monografia não tem nada de impessoal.

Primeiro, porque sou de uma família de agricultores familiares. Eu sou a "caçula", tenho quatro irmãos e duas irmãs e nenhum deles/as cursou Ensino Superior. Dois, concluíram o Ensino Médio (uma irmã e um irmão), três concluíram o Ensino Fundamental e o outro, sequer chegou a completá-lo. Não cabe aqui nenhum discurso de mérito. Não sou melhor do que meus irmãos e irmãs. O que aconteceu foi que eu tive oportunidade. Concluí o Ensino Médio quando um governo federal democrático e popular havia estabelecido uma política pública que permitia a filhos e filhas dos "povos do campo" (agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, trabalhadores assalariados rurais, quilombolas, caiçaras, povos da floresta, caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural) o acesso à Educação Superior pública, gratuita, de

qualidade e interiorizada. Mais do que isso, promovia o apoio para que esses/as jovens permanecessem no curso. Da mesma forma, a adoção da Pedagogia da Alternância na EduCampo-UFSC permitiu que eu combinasse minha vida de trabalhadora com a vida de estudante universitária. Por isso tudo, o "Sêo" Acir, meu pai, queria tanto que o seu "rastoulhinho" (como ele dizia que eu era "a pequena de casa", me tratava por essa denominação local que faz referência às espigas de milho de tamanho diminuto), "fosse a primeira da família a formar na faculdade" – ainda mais "numa Federal" – e fosse professora. Depois, esse TCC não é impessoal também porque é o resultado do meu percurso de quatro anos – como estudante, mas, da mesma forma, como pessoa. Preciso ser repetitiva para mencionar que nesta trajetória pude contar com o apoio direto, contínuo e muito efetivo e afetivo do meu pai. Seja para me levar na "sede" de Campo Alegre, onde eu pegava o transporte para as aulas em Rio Negrinho, às sextas-feiras, seja para, com paciência e carinho, me esperar no retorno a cada sábado, com um horário um tanto incerto. E ainda por, às onze horas de domingo, ir ao meu quarto acordar a "corujinha de buraco", que dormia até tarde, porque cansada do trabalho da semana e das dezesseis horas de aulas de sexta e sábado. Essa pessoa especial que, lastimo intensamente, não pode estar ao meu lado nesta reta final, torna esse TCC bem pessoal. Tal perda explica, inclusive, o fato desta minha monografia estar vindo à luz dois anos após àquelas dos meus colegas de turma. Custei a voltar plenamente à vida e, por extensão, ao TCC. Fiz os dois retornos por mim e para a memória de meu pai.

Voltando ao processo de concepção desta monografia, colocada a perspectiva de eu ser autora, o primeiro passo era, então, a escolha do tema da minha "pesquisa individual de caráter científico". Para mim, se ele devia ter referência clara com a Educação do Campo e seus debates, precisava também refletir minha trajetória de vida e de trabalho, assim como meu amadurecimento nos quatro anos de formação na EduCampo-UFSC. Pensei, ainda, que o tema deveria contribuir para me preparar melhor para atuar como educadora em uma "escola do campo" ou qualquer outra escola, na qual eu vier a trabalhar. Recordei-me, na ocasião, das aulas da primeira semana "de imersão" do curso, ministradas pelo Professor Antônio Munarim, que fizeram brilhar meus olhos e agitaram meu cérebro. Entre suas exposições, que demonstravam profunda vivência naquilo que apresentava, ele propôs, a nós estudantes, que escrevêssemos um "memorial". Nele, deveríamos apresentar nossa trajetória de vida até aquele momento. Segundo ele, isso nos permitiria dimensionar melhor o significado e a importância de nosso ingresso em uma Licenciatura em Educação

do Campo de uma Instituição Federal de Ensino Superior. Por avaliar, até hoje, que essa prática foi muito interessante, pensei em realizá-la para a definição do meu tema de pesquisa. Especialmente, a partir do momento em que a Educação do Campo entrou em meus horizontes. Em um primeiro momento, fiz isso de forma mental, colocando no papel apenas notas esquemáticas. Cheguei, assim, ao primeiro tema: "plantas medicinais e educação em Campo Alegre". Esse é o município "essencialmente rural" (voltarei a esse ponto no Capítulo 1) onde resido e pretendo ser educadora do campo. Meu então orientador exigiu que eu melhorasse e ampliasse aquele esquema e desse a ele o formato esperado de um pequeno memorial escrito. Ao redigir essa seção de introdução, julguei pertinente colocá-lo diante do leitor. Felizmente, minha atual orientadora não colocou nenhum obstáculo a tal decisão.

A Educação do Campo no meu "campo" de visão

Tudo se inicia em um dia normal de trabalho. Assim como em qualquer outro, com um grande fluxo de pessoas na Secretaria Municipal de Educação de Campo Alegre (SME-CA). Aquele entra e sai cotidiano. Eu trabalhava como "serviços gerais" da SME-CA e, entre uma varrida e outra do corredor, observo duas pessoas passando pela sala de reuniões. De costas para mim, um homem grisalho e de voz marcante, acompanhado de uma mulher simples, porém sofisticada. Sabia que não eram frequentadores da SME-CA, o que despertou meu interesse. Antes mesmo que minha curiosidade "saísse pela boca", Dona Maira (colega de trabalho à época) entrou na cozinha e me entregou um panfleto de divulgação do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFSC (EduCampo-UFSC), impresso em folha sulfite, preto e branco. Confesso, não botei fé. A Universidade Federal com esse tipo de divulgação? Mas, como não se julga o livro pela capa, decidi pesquisar sobre o assunto. Minha chefe na época, Dona Leda, que havia conversado com os representantes da UFSC, sentou-se à mesa, e com Dona Maira, durante um café, me apresentaram as principais informações. Inicialmente, era um curso de graduação voltado a professores que estavam em sala de aulas ainda que sem formação inicial e atuassem na área de Ciências da Natureza e Matemática. A Licenciatura era, todavia, também aberta a um público mais amplo que vivesse no município, desde que com a Educação Básica concluída.

Naquele momento, depois de um ano e meio de esforços todas as sextas à noite, eu era uma recém-formada no Ensino Médio, pelo SESI (Serviço Social da Indústria). E a

ideia de estudar mais não me animava muito. O incentivo dos colegas de trabalho, contudo, falou mais alto. Eles foram – e são – incansáveis. Desde a inscrição no vestibular, até os dias de hoje quando, com este TCC, me aproximo da conclusão do curso, eles me convenceram a embarcar e a permanecer nessa "aventura". Creio ser essa a melhor forma de nomear minha trajetória na EduCampo-UFSC. Experiência "arriscada", da qual não me arrependo. A formação, literalmente, bateu à minha porta e me levou a destinos antes impensáveis. Foi como o ciclo da vida, no qual, tudo se renova. Para mim a Educação do Campo é isso!

Essa nova vida emerge desde o primeiro dia de aula. Ouço atentamente um Professor, que se apresentara por Munarim, palestrar sobre o que é Educação do Campo. Meus olhos luziam como nunca. Minhas lembranças eram evocadas a cada palavra que ouvia. Transporte-me do auditório do Colégio Aplicação, em Florianópolis, para um mundo já vivido. Voltei a ser aquela menina de quatro anos que frequentou como “coadjuvante” a Escola Isolada Municipal Bateias do Meio.

Minha professora foi a inesquecível Tia Noeli. Minha tia mesmo, irmã de meu pai. A “escolinha”, como era chamada, construída pela própria comunidade, ficava na localidade rural de Bateias do Meio, onde resido desde criança. Ali, se deu o meu primeiro contato com as letras, com os números, com colegas de sala. Todos maiores do que eu, pois era uma escola com uma só professora e uma só classe multisseriada, do pré-escolar ao quarto ano do Ensino Fundamental. Eu era denominada a “café-com-leite” da “escolinha”, pois lá estava, como diziam meus irmãos mais velhos, só de "metida". “Café-com-leite” e "metida" que não demorou muito a aprender a escrever, a contar e, por fim, a ler. Sinto gratidão e carinho na lembrança de todas as vezes em que a Tia Noeli pegou em minha mão para que o “a e i o u” saísse perfeito. Recordo ternamente de todos os cadernos em que rabisquei ou desenhei e de tantos lápis que apontei naquele período. Lembro agradecida até dos convites para as festinhas das quais não participei, porque não era adepta a comemorações. Eram os únicos dias em que eu faltava. Sou grata, também, pelo período em que, digamos, refiz a primeira série. Como eu estava com sete anos e já na segunda série – o que foi considerado, à época, incorreto e inaceitável – fui retrogradada. Esse retorno à primeira série acabou me fazendo uma espécie de professora-auxiliar. Como eu já sabia ler, escrever e calcular, coube-me, durante as aulas, ensinar uma colega que tinha dificuldades.

Prossegui e completei meu ensino “primário”. Minhas recordações desse período escolar são as melhores. Meus pais e irmãos mais velhos – assim como os das famílias de outros alunos/as – iam a “minha” escola cortar a grama e ajudar no serviço mais pesado da horta. Meu pai era o responsável por lavrar a terra, com um arado tracionado por um cavalo. Depois, eu e meus colegas plantávamos batata, repolho, alface etc. Eu também preparava, junto com meus irmãos mais velhos, os canteiros em que semeávamos cenoura e “nabinho” (rabanete). Meu tio Plácido – marido da Tia Noeli – era quem sempre plantava o aipim e capinava a horta. Fique claro que essas atividades ocorriam nas escolas pela falta de recursos financeiros públicos a elas destinados. Mal se tinha o giz para escrever no quadro. Para a merenda escolar, então... Assim, a população do entorno, que valorizava a educação formal de suas crianças, auxiliava no que podia a sua “escolinha”. Meus pais e irmãos mais velhos sempre recordam que teve um tempo em que cada aluno/a levava algo para ajudar na composição da refeição feita na escola: feijão, galinha, macarrão, arroz, pão etc. A alimentação escolar era importante porque todas as crianças caminhavam para ir e voltar da aula e precisavam repor as energias. Não pretendo louvar nenhum tipo de precariedade da escola – inclusive no que se refere ao direito das crianças à infraestrutura e aos recursos de comunicação e auxílio à aprendizagem contemporâneos. Foi, entretanto, aquela “escolinha” que permitiu à minha geração daquela localidade rural uma nova visão do mundo. Nos sete anos que nela estudei – e vivi! – passei de simples folhas de cadernos a livros didáticos, a livros de histórias, a livros... Livros! E havia a conexão da população do entorno com a escola, fator que deve explicar minha identificação com a EduCampo-UFSC e, de forma mais geral, com a Educação do Campo e seu Movimento, apresentados pelo Professor Munarim.

Ao mesmo tempo em que o referido docente palestrava, ele pedia aos mais de cem “calouros/as” que se apresentassem. Eles/as eram dos mais diferentes lugares do Planalto Norte Catarinense e eu ficava admirada com tamanha diversidade de perfis. Ao mesmo tempo, estava bastante assustada com o que ocorrera anteriormente. A chegada de cento e cinco “formiguinhas carregadeiras” marchando em direção a um único lugar: um alojamento que não mereceria mais do que “meia estrela”. Compunham os “atrativos”, a necessidade de, em um verão quarenta graus de Florianópolis, precisar andar mais de um quilômetro para tomar banho; um cardápio de café da manhã – nunca comi tanto bolo de cenoura – de almoço e de janta muito diferente (e de qualidade inferior) àquele que

tínhamos em nossas casas. Eram tantas as novidades para uma jovem originária da agricultura familiar que tirou as primeiras férias no trabalho para iniciar a citada aventura.

A decisão de continuar a “experiência arriscada” balançou ainda mais logo após a apresentação, pelos estudantes do curso, de uma "mística". Meu coração e minha mente nunca haviam sentido tanto medo. Frente à atemorização – assim como muitos de meus colegas, eu me perguntava, milhares de vezes em alguns minutos, o que é isso? A vontade era de sair do auditório e vir embora para casa... Ao mesmo tempo me questionava: serão isso a EduCampo-UFSC e a Educação do Campo? Pela dúvida ou por inércia, felizmente, permaneci.

Nos quatro anos seguintes de formação, acabei podendo conhecer melhor e aprofundar os princípios da Educação do Campo apresentados pelo Professor Munarim. Dentro do esforço de transformar a Política de Educação do Campo em política de Estado – e não, de governo – esses princípios foram postos no formato de norma legal no artigo segundo do Decreto número 7.352, de 4 de novembro de 2010:

São princípios da educação do campo:

- I. respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;
- II. incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;
- III. desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;
- IV. valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; e
- V. controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo¹.

Nesse quadro – ou procurando praticar esses princípios – especialmente no que se refere a "conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo" – é que eu passei a pretender realizar, para o TCC, uma pesquisa científica que orientasse minha prática como educadora, que me permitisse "descolar" dos livros didáticos e realizar um ensino contextualizado.

¹ Disponível em www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2010/decreto-7352-4-novembro-2010-609343-norma-pe.html, acessado em agosto de 2021.

Prospectando o tema do TCC

Exatamente por levar em conta o contexto atual brasileiro², julguei fundamental recortar um tema que contribuísse para a indispensável valorização da ciência junto a crianças e adolescentes do campo e que, ao mesmo tempo, reconhecesse e valorizasse os saberes dos povos do campo. Diversos elementos me vieram à memória. O primeiro, a lembrança do convívio com – e sobretudo das constantes menções – a minha avó Maria, uma "afamada" prescritora de ervas medicinais e benzedeira, na expressão de uma das minhas entrevistadas, que completou: "quando a pessoa não se sentia bem já a procurava

² Esta nota foi redigida no dia 26 de setembro de 2021, a pedido da banca examinadora deste TCC, para que eu explicitasse, para leitores distantes (especialmente, no tempo), o significado de "contexto atual brasileiro". Exatamente nesta data, o Governo Jair Bolsonaro completa mil dias e o país contabiliza 595.000 mortes pela Covid-19. Na expressão de Heleno Araújo, é a combinação de pandemônio e de pandemia (<https://www.cnte.org.br/index.php/menu/comunicacao/posts/cnte-na-midia/74224-artigo-o-pandemonio-e-a-pandemia-na-educacao>).

Tal "pandemônio" inclui a negação do conhecimento científico nas mais diversas áreas. Na própria saúde, o governo brasileiro é o único no mundo a ter adotado o dito "Kit anti-Covid" como resposta oficial à doença, ao arripio das evidências científicas. Mais do que isso, também atacou e sabotou o distanciamento social, combateu o uso de máscaras e fez pregação antivacina. (<https://noticias.uol.com.br/colunas/reinaldo-azevedo/2021/09/27/incompetencia-nao-vai-mitigar-1001-noites-e-dias-de-crimes-do-bolsonarismo.htm>). Na educação e no Ministério que deveria cuidar dela, constata-se um "Apagão", segundo o enunciado de Luigi Mazza, na matéria "O Apagão, a obra do pastor que comanda o MEC", na Revista Piauí (<piaui.folha.uol.com.br/materia/o-apagao/>). No caso específico da Educação do Campo, houve uma "desconstrução" das políticas públicas, ação que carrega "o evidente propósito de eliminar qualquer resquício de resposta do Estado às expectativas dos setores populares organizados na perspectiva de construção das condições de autonomia dos trabalhadores". (SANTOS, 2020, p. 413). Como destaca a mesma autora, no mesmo artigo, "no primeiro ano de governo Bolsonaro, internamente ao MEC, verificou-se a desconstrução dos instrumentos de gestão das políticas com atenção à diversidade, construída com as populações do campo, populações negras, povos indígenas e LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queers...). A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI), que agregava todas as pautas dos sujeitos supramencionados foi extinta e substituída por uma Secretaria de Modalidades Especiais (SEMESP), comprometendo definitivamente a continuidade daquelas políticas. Assim, o princípio da educação como direito subjetivo, o paradigma da diversidade e o reconhecimento das ciências humanas e sociais vão sendo eliminados progressivamente das políticas de educação e pesquisa" (SANTOS, 2020, p.415, parênteses no original).

Ao mesmo tempo, a Anistia Internacional listou mais de trinta violações de direitos humanos e retrocessos que ocorreram desde 1º de janeiro de 2019 até o momento, período do governo Bolsonaro. (g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/09/24/anistia-internacional-lista-32-violacoes-de-direitos-humanos-e-retrocessos-nos-mil-dias-do-governo-bolsonaro.ghtml)

Neste sentido, o negacionismo científico do governo federal é apontado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) como um risco à liberdade acadêmica no país. Além disso, o orçamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) é, a cada ano, reduzido e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), outra das agências de fomento federais, também enfrenta uma crise com o corte de bolsas. O Próprio Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico que, segundo a lei, tem uma verba que não pode deixar de ser gasta, sofre com "truques" do governo para não fazer as liberações a tempo e o dinheiro destinado ao FNDCT voltar para o Tesouro. O resultado tem sido uma intensa "fuga de cérebros": jovens pesquisadores, com doutorado e pós-doutorado, deixando o país pela falta de oportunidades de trabalho. (portal.sbpcnet.org.br/noticias/a-liberdade-academica-no-brasil-esta-em-risco-diz-novo-presidente-da-sbpc/)

porque só remédio não adianta, se não fizer o benzimento" (entrevista direta com Dair Terezinha F. Waldmann, 2019). Além dela, tenho minha tia Ivone Kobus, que é benzedeira na Comunidade Tijucume. O segundo, o fato de ser comum o cultivo de plantas medicinais em pequenos hortos, chamados canteiros de remédios.

As plantas são utilizadas, geralmente em forma de chás, para pequenos alívios imediatos das dores mais comuns, como as de barriga, de cabeça ou muscular. Sempre há uma “receitinha” resultante do saber do povo do campo, que dificilmente vai ao médico “por pouca coisa”. Mais do que isso, tomei conhecimento de que um projeto chamado "*Natureza Cura*" teria sido realizado em Campo Alegre nos finais dos anos 1990 e promovido o conhecimento sobre o uso de plantas medicinais inclusive junto às escolas do município. Uma primeira investigação me indicou que as informações sobre tal projeto ou eram somente tácitas e detidas por poucas pessoas – algumas já bastante idosas, ou seus registros estavam dispersos e em deterioração. Então, valia a pena tentar recuperar essa história. A terceira é que, no meu convívio com escolas de Campo Alegre, constatei ser comum e frequente o uso de plantas medicinais nas famílias dos estudantes, com a utilização de "preparos caseiros" como forma de combater de forma imediata dores e incômodos. Ao mesmo tempo, verifiquei que os conjuntos de educadores/as das escolas (direção, professores e servidores), no geral, não reconhecem e até desqualificam esse tipo de tratamento. Em outros casos, contudo, também na escola, são oferecidos às crianças e adolescentes com mal-estar chás ou infusões de plantas medicinais. Pude perceber que em nenhum dos casos este tema – das plantas medicinais, seu cultivo e seu uso – chega às salas de aula para ser abordado e debatido.

Penso, seguindo Silva (2004), que é necessário compreender o que se passa a nossa volta para que possamos, então, aperfeiçoar o conhecimento construído historicamente. Na educação formal no campo, todavia, as concepções educacionais estão cada vez mais afastadas das questões da realidade vivida pelos educandos. O mesmo autor citado alerta que o diálogo entre os saberes locais e a cultura acadêmica não deve conduzir a uma redução da conceituação específica das ciências naturais, mas permitir a mobilização de parte dessa conceituação para propiciar uma leitura crítica das situações contraditórias do campo (SILVA, 2004, p.36).

Fiz as leituras iniciais sobre o tema e constatei que, durante a invasão dos “novos mundos”, os europeus ocidentais relataram diversas histórias sobre os poderes “mágicos” das plantas. Tal “magia” seria explicada mais tarde, através de estudos realizados por

diversas disciplinas científicas. Inclusive, com a compreensão de que uma mesma planta não possui as mesmas propriedades (de cura) em diferentes locais. (LOW; RODD; BERESFORD; 1999, p.21) Mesmo com o progresso da ciência, a utilização das plantas medicinais continua a ser associada com um suposto “poder místico de cura” e a ser relacionada aos povos do campo. Povos esses que, devido à falta de acesso à medicina industrial e mercantilizada, procuram se tratar com o que têm acesso: as plantas e os saberes tradicionais em torno delas. Sabendo identificar o poder curativo das plantas, estes povos não podiam, contudo, explicá-lo. Atualmente, a ciência é capaz de desvendar os princípios biológicos, físicos e químicos que contribuem para as propriedades medicinais das plantas.

Estavam mais claros para mim meu tema e meus objetivos.

Objetivo Geral

A partir do reconhecimento de práticas populares de uso de plantas medicinais e remédios caseiros no município essencialmente rural de Campo Alegre, construir uma proposta pedagógica que sirva de fundamento para a minha atuação, como egressa da Licenciatura em Educação do Campo da UFSC, no Ensino de Ciências nos anos finais do Ensino Fundamental em escola da Rede Municipal.

Objetivos Específicos

- I. Identificar e entrevistar pessoas que têm conhecimentos e práticas relacionadas às plantas medicinais, sobre o uso destas no município rural de Campo Alegre;
- II. Recuperar o histórico do uso de plantas medicinais em uma ação pública de saúde – "A Natureza Cura", em Campo Alegre;
- III. Planejar/elaborar uma proposta didática sobre plantas medicinais, direcionada para a área das Ciências da Natureza (Química, Física e Biologia), que sirva de fundamento para minha atuação como educadora do campo nos anos finais do Ensino Fundamental em uma escola da Rede Municipal de Ensino de Campo Alegre.

Para a consecução desses objetivos, identifiquei informantes-chave com conhecimento sobre as plantas medicinais, seu cultivo e as formas de seu uso em Campo

Alegre, assim como sobre ações públicas ou projetos realizados no município. Em seguida, realizei junto a elas entrevistas semiestruturadas. Efetuei, ainda uma pesquisa documental no Arquivo Municipal e na Casa de Cultura de Campo Alegre sobre as informações relativas ao "Horto", que funcionou no município e fornecia "remédios" para a população, e ao Projeto "A *Natureza Cura*". O meu temor se confirmou. Localizei apenas algumas fotografias na Casa de Cultura e nenhum documento no Arquivo. Busquei-os, então, com os protagonistas do processo. Um deles considerou essa recuperação de papéis uma tarefa "quase impossível", porque se ele considerou impróprio guardar consigo a documentação sobre o projeto, sabia, ao mesmo tempo, que "é normal trocar o governo e [o novo] sumir com o histórico do anterior". Procurei, ainda, informações junto à direção do Jornal A Gazeta, mas não obtive nenhum retorno. Da mesma forma, solicitei que o Sindicato Rural de Campo Alegre realizasse uma pesquisa nos seus arquivos sobre o projeto, mas nada me foi apresentado, nem me foi concedida autorização para eu própria fazer o levantamento. Restavam-me, assim, as memórias dos depoentes. Concomitante ao trabalho de campo e à redação desta monografia, efetuei buscas e revisão bibliográficas sobre as questões tratadas.

O produto desse esforço é apresentado a seguir, em três capítulos, seguidos das considerações finais, que apontam pistas para a continuidade e aprofundamento desse estudo. Inicialmente (Cap. 1), coloco diante do leitor o "campo" de onde vejo, reflito e escrevo, ou seja, o município de Campo Alegre, a história da formação do território e do povo campo-alegrenses, sua caracterização como "essencialmente rural", sua rede escolar e sua economia. Julgo fundamental essa contextualização para permitir ao leitor o acompanhamento de minhas reflexões nas seções seguintes. Depois (Cap. 2), apresento os resultados de minha pesquisa no que se refere aos conhecimentos e ações estruturadas no município relacionados às plantas medicinais. Julgo importante esclarecer ao leitor que esses dois capítulos já estavam bem adiantados em 2019, quando precisei fazer uma pausa involuntária na construção desta monografia. Foi preciso revisar conteúdo (o que significou cortar muita coisa; ampliar algumas e tudo atualizar), retrabalhar a forma³ e

³ Meu reconhecimento ao Professor Wilson (Feijão) Schmidt, meu antigo orientador, pelo que ele chamou de "copidesque" a esta monografia. A intervenção dele tornou esse texto mais amigável à leitura e mais bonito. Além de ter uma pontuação adequada. Ele brinca dizendo que eu quero imitar José Saramago ao escrever parágrafos e parágrafos sem por uma vírgula ou um ponto.

normalizar as referências⁴. Finalmente (Cap. 3), exponho a proposta de prática pedagógica contextualizada para promover em sala de aulas (e também fora dela) o diálogo entre os saberes locais e o conteúdo das Ciências da Natureza. Este capítulo ficou "travado" em 2019, creio que – além de dificuldades pessoais que enfrentei – pelo desenrolar de meu estágio de regência no Ensino Médio. Eu e a colega Suelen Milczevski havíamos feito uma proposta de trabalho pedagógico diferenciado a partir da revalorização da horta escolar em uma unidade de educação básica. Ao fim, após muitos esforços, concluímos que nos permitiram apenas trabalhar duro na restauração daquele espaço, mas pouco ou nada tratar, em sala de aula, de conteúdo de Ciências da Natureza a partir dele. Felizmente, agora, junto com meu antigo orientador, achei novos caminhos, a partir de uma revisão de artigos de estudantes e professores de Licenciaturas em Educação do Campo, assim como de Trabalhos de Conclusão desses cursos.

⁴ Neste requisito, registro o apoio da minha sempre parceira Suelen Milczevski. Colegas na EduCampo-UFSC, hoje trabalhamos na mesma escola. O Professor Wilson (Feijão) Schmidt diz que não era preciso nos procurar na sala de aulas. Era só olhar para as duas carteiras mais à esquerda da última fila, no "fundão". E que fora da sala, se precisasse achar uma, era só procurar pela outra, porque estávamos sempre juntas. Suelen além de me estimular cotidianamente a concluir essa etapa, acompanhou pari passu, via um google drive, cada referência feita neste texto.

minhas anotações das aulas da disciplina, Campo e Processos Migratórios, ministradas pelo Professor Wilson Schmidt (SCHMIDT, 2016), e a textos deste mesmo docente em associação com o Professor Antônio Munarim.

I.I Pode até não ser Alegre, mas Campo ele é!

Antes de tudo, é preciso considerar a população do município, estimada pelo IBGE, para 2020, em 11.981 pessoas (IBGE, 2010). Ela está distribuída em uma área de 499,2 quilômetros quadrados (IBGE, 2010), o que resulta em uma densidade demográfica de 23,99 habitantes por quilometro quadrado.

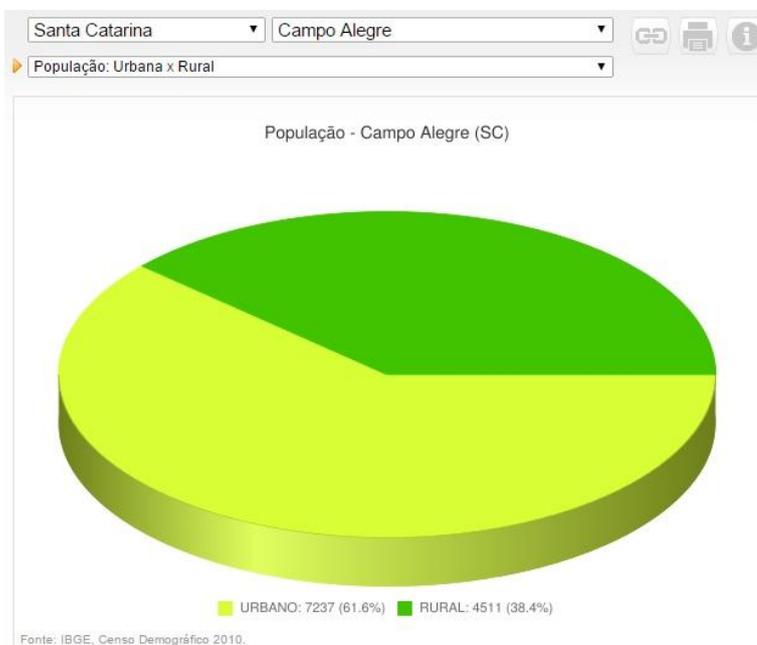
Na definição de urbano e rural, o IBGE realiza suas estatísticas utilizando uma "delimitação administrativa" com base na definição, pelo Poder Legislativo municipal, de um perímetro urbano. Assim, ele julga, considerando apenas a localização dos domicílios, que 66,1% da população total de Campo Alegre seria urbana – ou, as 7.237 pessoas (em 2010⁵) que residem dentro do Perímetro Urbano. Já as 4.511 pessoas que residem em domicílios fora do perímetro urbano seriam rurais. Apenas estas! Dizendo de outra forma, os 34,8% que “sobram” seriam "não urbanas", por residir fora do Perímetro Urbano (ver Figura 1). Ainda com referência aos dados utilizados para o Censo de 2010, dos 499,2 quilômetros quadrados de área total do município, significativos 132 km² foram incluídos no perímetro urbano, então constituído pela “sede” e pelos distritos de Bateias de Baixo e

⁵ Ainda sou obrigada a trabalhar com os dados de 2010, por causa do "obscurantismo dos poderes da República e a cegueira estatística do país", na feliz expressão de Bruno Carazza, em pertinente matéria na Revista Piauí (<piui.folha.uol.com.br/materia/certo-perdeste-o-senso/>). No momento em que redijo essa monografia, não se sabe quando o Censo Demográfico – que deveria ser de 2020 (!) – será realizado e, muito menos, quando seus resultados serão publicados. Destaco, por isso, o seguinte trecho do artigo citado: "A crônica da indefinição do Censo revela um estado não de apagão, mas de cegueira do governo [refere-se ao atual Governo Federal] em relação ao seu sistema estatístico e às possibilidades que ele pode gerar para o crescimento econômico, a redução das desigualdades e a melhoria das condições de vida da população". (colchetes MZ) Agradeço ao meu antigo orientador, Professor Wilson (Feijão) Schmidt, a indicação, no bom momento, deste artigo.

Quando eu terminava a redação desta monografia, os principais jornais brasileiros publicaram que o Governo Federal prevê R\$ 2 bilhões no Orçamento 2022 para o Censo Demográfico. O texto foi apresentado pelo Ministério da Economia no dia 31 de agosto de 2021. O Globo e o Site G1, por exemplo, destacaram que "o Censo deve ser realizado a cada dez anos e que o último foi realizado em 2010". Da mesma forma, que em maio de 2021 "o Supremo Tribunal Federal decidiu que o Governo Federal estava obrigado a tomar as medidas necessárias para realizar o Censo em 2022", por maioria de oito votos (três ministros do STF consideraram que o recenseamento deveria ser realizada já em 2021; e o outro, que "a pesquisa não revela urgência". Interessante que o IBGE emitiu nota, logo após a divulgação do fato, afirmando que "a reserva de R\$ 2 bilhões não é suficiente para atender aos 'parâmetros técnicos necessários' para a realização do Censo no ano que vem". E que seriam necessários R\$ 2,292 bilhões para o levantamento. (Cf: g1.globo.com/economia/noticia/2021/08/31/governo-preve-r-2-bilhoes-no-orcamento-2022-para-o-censo.ghtml)

Fragosos. Assim, dentro da delimitação administrativa adotada no Brasil, os 367,2 km² restantes são considerados rurais e formadas pelas localidades “do interior”.

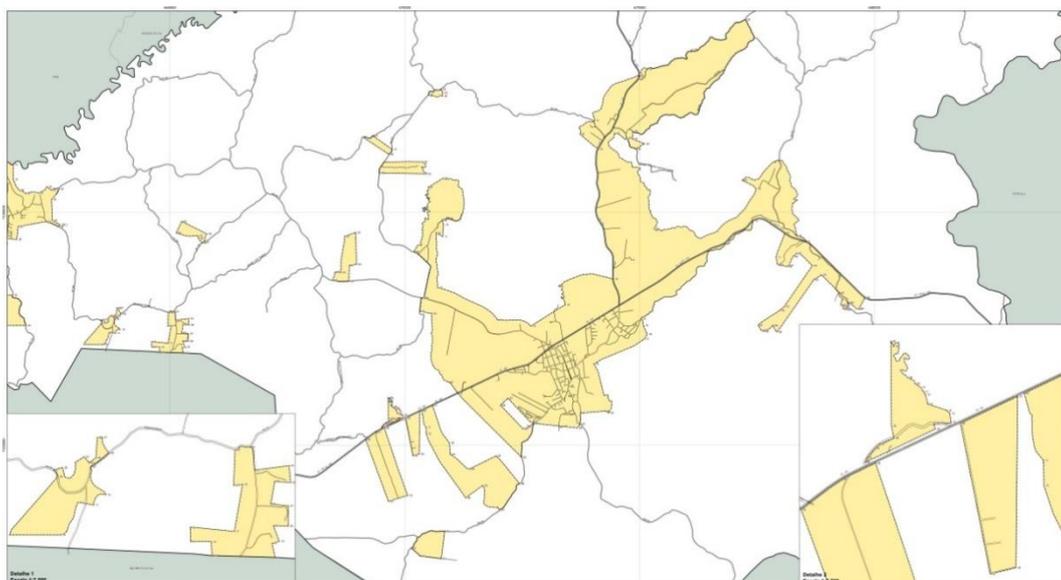
Figura 2 - Gráfico População Urbana e Rural de Campo Alegre



Cabe registrar que de acordo com o parágrafo segundo, do Artigo 94 da Lei Complementar Nº 147, de 25 de novembro de 2019, que institui o Plano Diretor do Município de Campo Alegre, o Perímetro Urbano foi alterado e passou a ser "[...] definido por áreas urbanas descontínuas, sendo estas: a Sede, caracterizada pelos bairros: a. Centro; b. Cascatas; c. Belo Horizonte; d. Pinhais; e. Santo Antônio; f. São Miguel; g. Lageado; h. Faxinal"; e mais: "os Distritos: i) Fragosos; j. Bateias de Baixo; k. Industrial; e os Núcleos urbanos: L - Campestre I; m. Campestre II; n. Rio Represo; o. Rio Represo Autódromo; p. Avenquinha; q. Salto do Engenho I; r. Salto do Engenho II; s. Salto do Engenho III; t. Rio Vermelho I; u. Rio Vermelho II; v) Nova Galiléia" (CAMPO ALEGRE, 2019). O Artigo 95 conforma o entendimento de que "a área rural corresponde a toda a área não definida como integrante do Perímetro Urbano [...]". Ou seja, o rural é definido apenas pela negação.

Visualmente, o Perímetro Urbano atual é o seguinte (em bege). O rural é o "que está fora" dele, em branco.

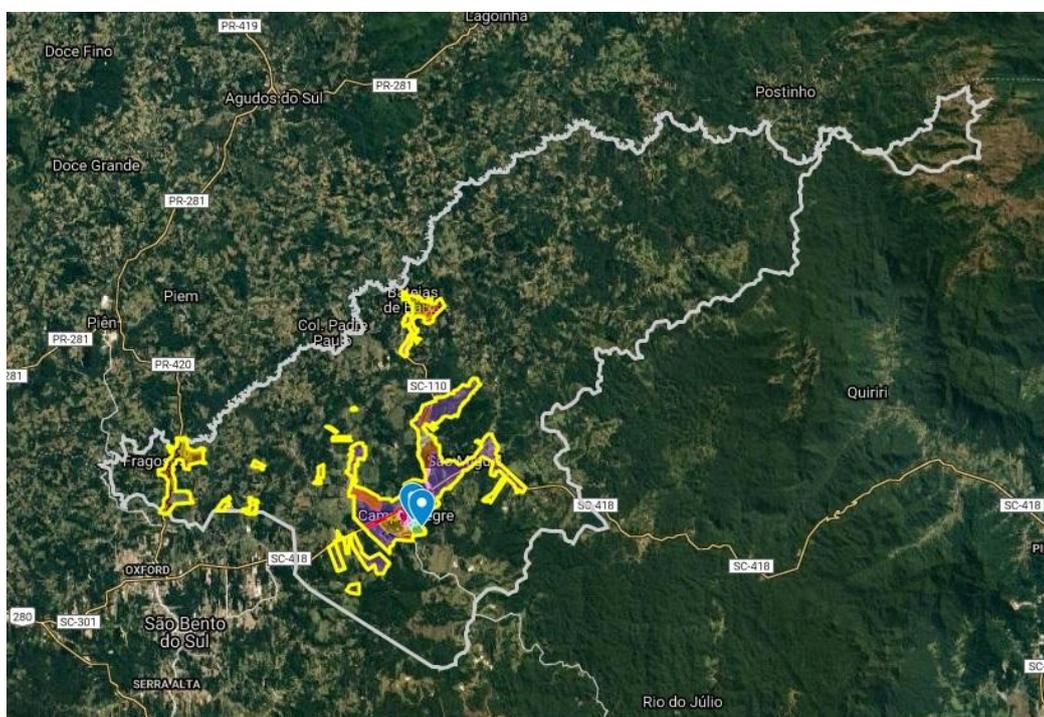
Figura 3 – Mapa do Perímetro Urbano de Campo Alegre



Fonte: Anexo 9A da Lei Complementar 147/2019 de Campo Alegre

As limitações (nos sentidos de demarcação e de insuficiência) dessa "fronteira inframunicipal" estabelecida pela lei e sua dispersão no território do município ficam mais claras na Figura 4.

Figura 4 – Mapa de Campo Alegre sinalizando Perímetro Urbano



Fonte: www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1m9Ms1dajydKYC0zA1xNASRjXtWIqKU6j&ll=-26.10597072046919%2C-49.20249611914063&z=11

Esta atualização será importante quando eu considerar a "localização ou zona" das escolas do município. Voltando aos dados de 2010, com este tipo de olhar, se é levado a considerar que Campo Alegre tem uma alta taxa de urbanização e que três quintos de seus habitantes são tão urbanos quanto aqueles moradores de São Paulo capital ou da cidade do Rio de Janeiro. Fica claro que esse tipo de delimitação do território e de classificação da população não leva em conta que aspectos geográficos, sociais, econômicos ou culturais do espaço rural brasileiro. (SCHMIDT, 2016)

É justamente essa distorção que é criticada por autores como Ricardo Abramovay e José Eli da Veiga, que foram sistematizados nos trabalhos dos meus professores antes citados (ver MUNARIM e SCHMIDT, 2016). Tais autores levam em conta para a delimitação de rural e urbano o tamanho da população do município, combinado, no caso de Veiga (2002) com sua densidade demográfica e a localização ou não em zonas metropolitanas. Como sintetizam, Munarim e Schmidt:

[...]municípios com até 20 ou 50 mil habitantes (nesse caso combinado com densidade demográfica inferior a 80 habitantes por quilômetro quadrado), são considerados (...) como rurais. (2016, p. 23).

O fato de eu seguir esse posicionamento tem grande significado porque deixo de considerar a divisão dos habitantes de Campo Alegre entre urbanos e rurais, como faz o IBGE. Porque esses autores (citados pelos meus professores, Abramovay, 2000 e Veiga, 2002) questionam justamente a própria existência de uma “fronteira inframunicipal” entre rural e urbano. Para Ricardo Abramovay (citado por MUNARIM e SCHMIDT, 2016), ela “não tem sentido”, e para José Eli da Veiga (citado por MUNARIM e SCHMIDT, 2016) a qualifica como “anacrônica e aberrante” (SCHMIDT, 2016). Ao adotar a classificação deste último autor, julgo que Campo Alegre é um município “essencialmente rural” e que **todo o seu território e todos seus habitantes** devem ser considerados como tal, ou como **campo e do campo**. Isso porque, para Veiga (2002 apud MUNARIM e SCHMIDT, 2016), são “essencialmente rurais”⁶ municípios com população menor do que cinquenta mil habitantes (como visto, Campo Alegre tem 11.981 habitantes ou menos de um quarto dos 50 mil que servem de referência) e uma densidade demográfica inferior a oitenta habitantes por quilometro quadrado (como visto, a de Campo Alegre é de 23,9 hab./km², ou

⁶ Tipicamente urbanos são os com mais de 100 mil habitantes ou situados em zonas metropolitanas. E “ambivalentes” aqueles com população entre 50 mil e 100 mil, ou com população inferior a 50 mil habitantes, mas com densidade demográfica superior a 80 hab./km². Ou seja, esses municípios têm ao mesmo tempo características de rural e urbano. (SCHMIDT, 2016)

praticamente um terço dos 80 hab./km² que servem de patamar) (SCHMIDT, 2016). É interessante considerar que, se acatássemos a noção administrativa de perímetro urbano, residiriam (em 2010) dentro dele 7.237 pessoas. Como a sua área é de 132 Km², teríamos uma densidade demográfica na área considerada urbana ("sedê", vista como cidade, e dois distritos, vistos como vilas) de 54,8 habitantes por quilometro quadrado⁷. Ou seja, ainda bastante inferior ao patamar de 80 habitantes/Km² proposto por José Eli da Veiga para se considerar um espaço como urbano no Brasil.

Seguir a abordagem territorial apresentada me leva, por consequência, a defender a pertinência da modalidade Educação do Campo – e dos princípios da Educação do Campo em **todas as escolas** do município. Baseio-me, também, no Decreto da Educação do Campo (Decreto 7.352/2004), já mencionado nesta monografia, que para contemplar essa “visão territorial” entende por escola do campo (Art. 1º, § 1º)

[...] aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo. (BRASIL, 2010)

Ou seja, são escolas do campo não apenas aquelas situadas fora do perímetro urbano, mas também aquelas situadas dentro desse polígono administrativo definido pelos vereadores e que atendam predominantemente crianças e adolescentes do campo. Como julgo que todas as crianças e adolescentes de Campo Alegre são do campo, também essas escolas são do campo. Esse é um ponto importante para o debate sobre o posicionamento dos formuladores de políticas públicas municipais de educação em relação aos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas. E, da mesma forma, serve de orientação para a elaboração de uma proposta didática sobre plantas medicinais, direcionada para a área das Ciências da Natureza, que sirva de fundamento para minha atuação como educadora do campo nos anos finais do Ensino Fundamental em uma escola da Rede Municipal de Ensino de Campo Alegre, que será, ao meu ver, sempre do campo. É importante por isso ter um panorama das escolas no município.

⁷ Da mesma maneira, se acatássemos a fronteira inframunicipal, que representa o perímetro urbano, na área que "sobra" dele (367,2 km²) residiriam (2010) 4.511 pessoas e teríamos uma densidade demográfica no espaço que é considerado pelo IBGE como rural de 12,3 habitantes/km².

I.II. A rede escolar em Campo Alegre e sua caracterização como urbana ou rural⁸

As escolas de Ensino Fundamental e Médio em Campo Alegre são ligadas às Redes Municipal e Estadual. O Quadro 1, mostra as escolas, o bairro ou linha em que estão situadas e sua conseqüente "localização ou zona da escola". Conseqüente, porque o entendimento do Inep é que deve ser "seguida a demarcação definida pelo IBGE para a zona em que se situa a escola". Nesse caso, ao preencher a planilha do Censo Escolar, o/a diretor/a da unidade escolar deve informar "se a escola está na zona urbana (áreas correspondentes às cidades, às vilas ou às áreas urbanas isoladas) ou rural (abrange toda a área situada fora dos limites da zona urbana)" (SCHMIDT, 2016). Nos casos em que a tal localização já está plotada – com as devidas coordenadas (latitude e longitude), como é o caso de Campo Alegre, o sistema de informática do Inep faz um cruzamento com aqueles do IBGE e, automaticamente, gera essa definição. Isso cria claramente um problema, se o município tiver o entendimento adequado de que uma escola é "do campo" mesmo situada em perímetro urbano e quiser acessar políticas públicas específicas para a Educação do Campo. Na prática, destaco, atualmente inexistentes ou que representam um retrocesso em relação às anteriores.

⁸ Esta seção contou com a contribuição indispensável do Professor José Carlos Neneve Cordeiro, atualmente Diretor Pedagógico Administrativo da Educação Básica da Secretaria Municipal de Educação. Destaco que, até o início de 2019, esses dados eram facilmente acessados no site do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) ou na base de dados "dataescolabrasil". Depois disso, ao entrar nesses links, o pesquisador se depara com a mensagem: "Caro usuário, o sistema Data Escola Brasil encontra-se em processo de reformulação". Mais um fruto do já citado "Apagão" para a educação do atual Governo Federal. Repito que a expressão é de Luigi Mazza, na matéria "O Apagão, a obra do pastor que comanda o MEC", na Revista Piauí (<piui.folha.uol.com.br/materia/o-apagao/>). Agradeço ao meu antigo orientador, Professor Wilson (Feijão) Schmidt, a indicação, no bom momento, deste artigo.

Quadro 1: Escolas situadas em Campo Alegre, por Rede, com bairro ou linha onde está localizada e sua zona "urbana" ou "rural".

REDE	ESCOLA	BAIRRO LINHA	LOCALIZAÇÃO ZONA
MUNICIPAL	EMEB Maria José Duarte Silva	Centro	Urbana
	EMEF Prof. Jerônimo Francisco Coelho Pacheco	Distrito Fragosos	Urbana
	EMEF Profa. Marise Neneve Cordeiro	Distrito Bateias de Baixo	Urbana
	EMEF Bela Vista Zilka de Franca Hasselmann	Cascatas	Urbana
	EMEB Paulo Fuckner	Bateias de Cima	Rural
ESTADUAL	EEEB Lebon Regis	Centro	Urbana
	EEEB Argemiro Gonçalves	Distrito Bateias de Baixo	Urbana
	UD Campo Alegre (EJA)	Centro	Urbana

Fonte: SED-SC e SME-CA – Elaboração MZ

Apresento esse quadro apenas para reforçar que julgo impróprio que se considere a quase totalidade das escolas de Campo Alegre como "urbanas". Por considerar que elas estão situadas em um município, visto como um todo, como "essencialmente rural". Dizendo de outra forma, não deve ser o fato de estar dentro ou fora do perímetro urbano que define – respectivamente, por afirmação ou negação – se uma escola é urbana ou rural. Devem ser, sim, os aspectos geográficos, sociais, econômicos ou culturais do espaço rural brasileiro que definem se uma escola é "do campo". Repito que, por isso e em sintonia com o que reza o Decreto 7.352/2010 já mencionado, defendo que todas as escolas de Campo Alegre são "escolas do campo". E devem receber, nesta condição, "recursos didáticos, pedagógicos, tecnológicos, culturais e literários" que atendam às suas especificidades, além de "apresentar conteúdos relacionados aos conhecimentos das populações do campo, considerando os saberes próprios das comunidades, em diálogo com os saberes acadêmicos e a construção de propostas de educação no campo contextualizadas" conforme Artigo sexto do Decreto 7.352/2010 (BRASIL, 2010). É isto que procuro fazer no Capítulo 3.

I.III. Uma escola situada no perímetro urbano de Campo Alegre e "legalizada", pela SED-SC, como "do campo" abre novas perspectivas para o meu debate e minha ação

É importante registrar que no curso recente de minha pesquisa recebi a informação de que a EEB Argemiro Gonçalves, da Rede Estadual, situada no Distrito Bateias de Baixo e, por isso, considerada urbana pelo Inep, "passaria a valorizar mais a agricultura", porque havia sido "enquadrada como escola do campo pela Secretaria Estadual de Educação" (SED-SC) e passado a trabalhar "com algumas diferenças para os anos finais do Ensino Fundamental". Procurei aprofundar esse dado e constatei que, ao definir as Políticas de Educação do Campo para o estado, a SED-SC afirmava:

Santa Catarina é exemplo típico de estado formado por uma maioria de municípios que podem ser considerados rurais. [...] O “Decreto da Educação do Campo” [referência ao 7,352/2010] [...] já possibilita alguma inovação. Importa destacar aqui que se instale em cada uma das redes municipais desses “municípios rurais”, e mesmo de municípios maiores, bem como em cada uma das Gerências Regionais de Educação (GERED), principalmente nas próprias escolas que atendem populações rurais, reflexões acerca dessa indicação legal e possibilidade político-pedagógica. Afinal, sem nenhum prejuízo em relação às atribuições ou aos direitos de qualquer escola urbana, **ao se autodeclarar “escola do campo”**, cumprindo os requisitos para tanto, cada uma dessas escolas poderá usufruir de políticas e programas governamentais apropriados e exclusivos a essa categorização. Do mesmo modo que **poderá usufruir do significado de “modalidade específica Educação do Campo”, ou seja, por exemplo, de maior liberdade de inovação pedagógica.** (SANTA CATARINA, 2018, pp. 44-45, parênteses e aspas no original, colchetes e grifos MZ)

As transcrições serão longas nesta seção porque interessam diretamente minha discussão sobre propor práticas pedagógicas em escolas de Ensino Fundamental de Campo Alegre. Especialmente porque, antes, o mesmo documento da SED afirma que **"o currículo da escola do campo deve contemplar a realidade do campo**, suas múltiplas configurações históricas, culturais, espaciais e ambientais". (SANTA CATARINA, 2018, pp. 43, grifos MZ). E nesses casos, indicava também, como prática indispensável ao avanço da Educação do Campo como modalidade específica, a adoção da Pedagogia da Alternância, "como metodologia ou prática educacional". (Id. ibid, p. 44). Mesmo não estando no foco de minha pesquisa, procurei algumas informações sobre essa possível "autodeclaração" da Escola Argemiro Gonçalves como escola do campo.

Realizei, com o apoio de meu antigo orientador, uma consulta por correio eletrônico junto à Coordenação de Educação do Campo da SED-SC. Inicialmente, o responsável por ela lembrou a origem desse processo:

Em 2017, enquanto era produzido o caderno Política de Educação do Campo e, junto ao Conselho Estadual de Educação, eram elaboradas as normas complementares para a Educação Básica nas Escolas do Campo, no Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina (Resolução CEE/SC nº 063, de 27 de novembro de 2018), o Núcleo de Educação do Campo (NEC) apresenta ao secretário de estado da educação, Eduardo Deschamps, proposta pedagógica fundamentada na metodologia da Pedagogia da Alternância para as **escolas do campo da rede estadual de ensino** (importante dizer que a SED já trabalha nessa metodologia nas Casas Familiares Rurais, em convênio com a ARCAFAR há mais de duas décadas).

Desse movimento, foi autorizado iniciar em 2018 apenas no ensino médio com as escolas que manifestassem interesse nessa proposta. É verdade que essa autorização foi nos dada em dezembro de 2017, não tendo tempo hábil para mobilizar todas as regionais e deflagrar a discussão. No entanto, iniciamos em duas escolas. Agora, com os marcos legais constituídos, esta política **poderá avançar para todas as escolas do campo**. (conforme mensagem eletrônica da Coordenação de Educação do Campo, agosto 2021, parênteses no original, grifos MZ)

A resposta continua a descrever tal processo, muito importante para a minha reflexão:

Em 2019, a proposta do Ensino Fundamental no 8º e 9º ano na metodologia da Pedagogia da Alternância foi apresentada ao secretário Natalino Uggioni, que prontamente autorizou [sua implantação] para o início em 2020. Lamentavelmente, a pandemia atravessou a vida de todos e "ditou" outras formas de trabalho, especialmente na educação. De todo modo, as escolas listadas da proposta, que inclui a EEB Argemiro Gonçalves, em 2021 têm em sua organização escolar a metodologia da Pedagogia da Alternância nos anos finais do ensino fundamental. **A experiência está em fase inicial e, com todos os desafios atuais colocados, se mostra vigorosa e esperançosa aos princípios da Educação do Campo**. (conforme mensagem eletrônica da Coordenação de Educação do Campo, agosto 2021, aspas no original; colchetes e grifos MZ)

Por último, a mensagem eletrônica da Coordenação de Educação do Campo trata do caso específico da EEB Argemiro Gonçalves. Primeiro, ela afirma que, no caso específico do meu estudo, "esta escola pode inspirar o debate sobre a Educação do Campo que supere a classificação rural e urbana" (conforme mensagem eletrônica da Coordenação de Educação do Campo, agosto 2021). Em seguida, pondera:

Esta escola [EEB Argemiro Gonçalves] é **definida como escola do campo** por atender estudantes que, **em sua maior parte, residem nas áreas rurais deste município** (Decreto nº 7.352/2010). Em 2021, os dados do SISGESC (Sistema de gestão da educação de Santa Catarina) apontam que **mais de 60% das matrículas são de crianças, adolescentes e jovens que residem no campo**.

Nas turmas do 8º e 9º anos a alternância está organizada semanalmente da seguinte forma: três dias integrais de tempo escola e dois dias integrais de tempo comunidade. (conforme mensagem eletrônica da Coordenação de Educação do Campo, agosto 2021, parênteses no original; colchetes e grifos MZ)

Suzy de Castro Alves, servidora recém aposentada da SED e que viveu intensamente esse processo, lembrou dele, em entrevista direta, da seguinte forma:

De fato, a Argemiro [Gonçalves] é uma escola do campo. Porque teve toda uma discussão para implementar a Pedagogia da Alternância nos anos finais do Ensino Fundamental. Foi uma construção que iniciou em 2019. Em 2020, fizemos um movimento com os gestores [da escola] e a [Gerência] Regional [de Educação] pra apresentarmos a proposta [da SED. Foi feita uma mobilização e uma discussão nas comunidades. Foi surpreendente. Foi muito bom. O debate feito, os pais querendo a proposta da Pedagogia da Alternância... Quando íamos começar a fazer as visitas [à Gered e escolas], para fazer a discussão presencialmente com o grupo de professores e membros da regional, e para dar o suporte, veio a pandemia. Tudo foi suspenso e as reuniões foram feitas *on line*. E eles implementaram esse ano [2021]. (Entrevista direta, agosto 2021. Colchetes MZ)

Volto à mensagem eletrônica da Coordenação de Educação do Campo, que me recomendou consultar o documento "Projeto Escolas do Campo: Pedagogia da Alternância – Ensino Fundamental – 8º e 9º anos", de janeiro de 2020. Nas páginas 2 e 3 desse material pude ler:

O que se quer da “escola do campo” na perspectiva da educação do campo – ao contrário, pois, da função atribuída à “escola rural” – é que ela seja organizada de modo a primar por um modelo de desenvolvimento com bases na sustentabilidade econômica, social, ambiental e de **respeito e preservação das identidades culturais dos povos do campo. Isso implica necessariamente na participação efetiva da comunidade na formulação, execução e monitoramento dos projetos político-pedagógicos.**

Em Santa Catarina, oito (08) gestores (escolas: EEF Ludgero Wiggers (Itapiranga), EEF João Rick (São João do Oeste), EEB São Donato (Saltinho); EEF Roberto Heinzen (Salete); EEF Dr Waldomiro Colautti (Rio do Campo); **EEB Prof. Argemiro Gonçalves (Campo Alegre)**, EEB Luiz Bernardo Olsen (Rio Negrinho), EEB Nereu de Arruda Ramos (Guaraciaba), **compreendendo a importância em fortalecer a educação do campo, solicitam juntamente com pais e estudantes a legalização da escola como escola do campo** reconhecendo sua cultura: “nós do campo queremos desenvolver o aluno para permanecer e melhor desempenhar seu papel sócio econômico no campo”. (SANTA CATARINA, 2020, p. 2-3, parênteses e aspas no original; grifos MZ)

Nota-se uma ênfase no processo (e não apenas no resultado), apontando a sensibilização dos gestores e da comunidade escolar e, depois, a demanda de "legalização" sendo posta "de baixo para cima". O documento citado ressalta, ainda, metas do Plano Estadual de Educação de Santa Catarina (PEE/SC) –sublinhando que ele está alinhado à proposta do Plano Nacional de Educação (PNE) e foi elaborado a partir da sistematização das Conferências Nacionais de Educação (CONAE), de 2009 e 2013, em Santa Catarina. No que se refere ao respeito e preservação das identidades culturais dos povos do campo, diretamente ligados ao foco desta monografia, sublinho a Meta 2 e sua Estratégia 2.4:

Desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, à organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades das escolas do campo e das

comunidades indígenas e quilombolas, preferencialmente, em suas próprias comunidades. (SANTA CATARINA, 2020, p. 9)

Finalmente, cabe colocar diante do leitor os objetivos deste Projeto Escolas do Campo, do qual a EEB Prof. Argemiro Gonçalves, de Campo Alegre faz parte.

Objetivo geral

Implementar uma proposta pedagógica tendo como referência a pedagogia da alternância em oito escolas do campo do ensino fundamental dos anos finais (8º e 9º) (SANTA CATARINA, 2020, p. 14)

Fica claro que o eixo do Projeto é a Pedagogia da Alternância, sabendo-se que tal opção não significa apenas uma mudança de calendário escolar, mas a adoção de procedimentos pedagógicos que favoreçam a "partilha de saberes", com a "socialização e organização dos conhecimentos da realidade do estudante e do seu meio, que servem de base para o aprofundamento articulado nas áreas do saber"; as "visitas de estudo", as "atividades externas", os "relatos de experiências". (SANTA CATARINA, 2020, p. 12). Tais procedimentos – ou práticas pedagógicas – interessam diretamente minha reflexão. Passo aos "Objetivos específicos":

- Elaborar projetos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos estudantes do campo voltado à pedagogia da alternância;
- Propor uma organização escolar voltada a alternância, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- Assegurar aos educandos as especificidades contidas nessa modalidade de Educação do Campo;
- Reestruturar os Projetos Político Pedagógico, adequando às escolas que solicitaram a proposta da pedagogia da alternância. (SANTA CATARINA, 2020, p. 14)

Sublinho que essa opção por "legalizar" a escola como "do campo" abre, de fato, para uma reflexão profunda sobre os "projetos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos estudantes do campo" e para a "reestruturação dos Projeto Político Pedagógico da escola". Mais uma vez, tratam-se de uma janela de oportunidade – ou, pelo menos, de uma ampliação dos graus de liberdade – para um professor que queira apresentar uma proposta pedagógica inovadora centrada nas plantas medicinais. Foge ao foco e aos objetivos – e, especialmente, ao limite temporal – desta monografia avaliar o significado e a amplitude dessa implementação na EEB Prof. Argemiro Gonçalves. Com certeza, todavia, ela merecerá toda minha atenção na fase seguinte, a da busca da efetivação da proposta que construo neste TCC. Até porque, neste debate que realizo sobre o contexto de minha pesquisa, outros elementos precisam ser

considerados, relevantes tanto para a educação ("do campo"), quanto para a reflexão sobre as plantas medicinais. Entre eles as formações do território e do povo campo alegrenses.

I.IV. De "Froeliches Feld" a Campo Alegre: a história feita de nomes e datas

Do ponto de vista formal (ou oficial), as terras que correspondem ao território atual de Campo Alegre foram inicialmente doadas à Princesa Francisca (irmã de Dom Pedro II), quando de seu casamento com o Príncipe de Joinville. Em 1827, o Governo Imperial começou a medição da área. Mais tarde, entretanto, a soberana repassa o terreno ao senador alemão Cristhian Mathias Schroeder que, visando lotear a área para imigrantes europeus, funda a "Cia. Colonizadora de 1849". Era, contudo, preciso que a "serra" (ou o "sertão") fosse mais acessível. Entre o período de 1853 a 1857, engenheiros realizaram estudos e optam pelo "caminho do Vale do Rio Seco" (atual Serra Dona Francisca). Um ano depois, o Governo Imperial aprovou a construção da estrada que ligaria Joinville a Curitiba. Esta rota acabou ganhando grande importância na ligação entre Santa Catarina e Paraná e, especialmente, no escoamento da Erva-mate (na época chamada de "ouro verde") para o porto de São Francisco. A localização privilegiada à margem da estrada permitiu o crescimento do povoado de Campo Alegre, que, em 1888, se tornou distrito de São Bento do Sul e, em 18 de março de 1897, teve sua emancipação política e administrativa, tornando-se município.

I.V. Adotando a perspectiva dos "anulados", para que as origens não sejam negadas

Na maioria dos livros escritos sobre a fundação e a história do município, os povos originários foram anulados – a expressão é de Duvoisin (2019). A referência é feita apenas aos colonizadores europeus. Por exemplo, no site do IBGE consta que a "colonização" foi "Espanhola, Alemã, Polonesa e Portuguesa" (IBGE, 2010).

Na obra mais atual sobre a formação de Campo Alegre – intitulada "Caminhos que se cruzam"⁹ – o escritor Robson Richard Duvoisin contribui para reverter tal tendência.

⁹ A obra é baseada nos relatos populares de pessoas que viveram e possuem registros sobre tais fatos, resumidos em poucas linhas, porém com grande riqueza de detalhes, os quais procuro compartilhar nesta minha monografia.

Segundo ele, a área onde atualmente se encontra o município era “terra deixada para quem quisesse viver no sertão” e “havia fazendas esparsas e a presença de caboclos, lusitanos e índios, que por lá já produziam e sobreviviam” (DUVOISIN, 2019, p.21). Segundo o mesmo autor, em 1851, data dos primeiros registros sobre a colonização na região do Planalto Norte,

[...] não havia muito desenvolvimento de qualquer espécie, ao menos do ponto de vista de infraestrutura advinda do poder público; resumia-se a fazendas dedicadas ao gado de corte, meeiros, tropeiros, pessoas que usavam da caça, da agricultura de subsistência e da extração da erva mate para sobreviver. Aqui [em Campo Alegre], a presença dessas pessoas, acarretaria em futuros conflitos com os colonos europeus que estavam por vir, pois os fazendeiros e posseiros que aqui estavam, o faziam com o patrocínio e bençãos do governo paranaense, na tentativa desse estado em legitimar e concretizar sua posse “de fato” sobre essas terras, sob a alegação do “uso do solo”; uma forma de “usucapião” em escala massiva. Os europeus, por outro lado, vinham com documentos emitidos e abalizados pelo governo catarinense. Como dois corpos não ocupam o mesmo espaço ao mesmo tempo, fica claro que conflitos viriam. (DUVOISIN, 2019, pg. 21, colchetes MZ)

O principal conflito resultante desta tensão agrária foi a Guerra do Contestado (1912- 1916), que buscou a dizimação do povo caboclo e camponês. Para Duvoisin (2019), essa não foi, em momento algum, uma guerra entre Paraná e Santa Catarina. Foi "uma guerra do Exército do Paraná (Polícia Militar), e do Exército de Santa Catarina (Polícia Militar), aliados com a união (Exército Brasileiro), contra milhares de indigentes” (DUVOISIN, 2019, p. 130). O segundo termo utilizado pelo mesmo autor em relação ao Contestado, é o de "guerra civil" gerada “pela desigualdade e o desamparo social que viviam os caboclos da região” (DUVOISIN, 2019, p.130) agravado pelo "desterro em massa dos confrontantes com a estrada de ferro; o quadro social de pobreza e desamparo extremo; o movimento messiânico local; e a pendenga judicial entre Paraná e Santa Catarina". (DUVOISIN, 2019, p. 133) A estrada de ferro mencionada é aquela que ligaria São Paulo ao Rio Grande do Sul, construída pela empresa americana Brazil Railway Company, que recebeu do Governo Federal, como forma de compensar o investimento, a concessão para explorar até quinze quilômetros de cada margem da ferrovia, tendo livre arbítrio para tal exploração. Como descreve o citado autor,

[...] a retirada das toras e a revenda do terreno que sobrava não agradava aos moradores anteriores, aos posseiros e meeiros; gente que já estava por ali há anos. A empresa, como proprietária legal (mas não moral), usava de seus seguranças (capangas) para expulsarem os moradores locais. Dessa forma, todo mundo que morasse onde seria o traçado da estrada de ferro, seria expulso do local. Roças, plantios, casas e casebres, tudo foi posto abaixo, em nome da exploração da empresa americana. (DUVOISIN, 2019, p.134, parênteses do autor)

A esses "moradores anteriores" se juntaram outros imigrantes de outros estados brasileiros que vieram para trabalhar na construção e haviam sido dispensados. Com a passagem do tempo, essa "população de escorraçados" crescia e vagava por lugares em busca de melhores condições de vida, passando a ser vista como ameaça. A liderança desses caboclos por um monge – José Maria – intensifica essa percepção. Desencadeia-se a "guerra civil", marcada por diversos conflitos sangrentos "entre os escorraçados e as forças armadas (policiais, exército e a milícia da ferrovia)". Ao fim, os poucos caboclos que sobreviveram se renderam. Os que tiveram essa oportunidade, porque a muitos não foi dada qualquer chance para rendição.

Destaco que esse conflito desigual chegou ao território de Campo Alegre, da mesma forma que as terras do município serviram de refúgio para muitos caboclos durante os embates, tendo assim grande relevância para a formação do povo e da cultura de Campo Alegre. No que se refere à formação do povo e da cultura local, Robson Richard Duvoisin analisa:

[...] núcleos populacionais que iam se formando, iam se fazendo dessa forma, ao “deus-dará”, sem intendências, sem estradas, sem delegacias ou qualquer coisa que o valha. Nesse aspecto, o Paraná, quanto ao Planalto Norte, foi mais presente (embora não isento de falhas), em pelo menos, fornecer elementos humanos para que aqui viessem morar. Eis uma razão pela qual em nossa região temos muito mais a ver, culturalmente, com os gaúchos (através dos caminhos dos tropeiros) ou com os paranaenses (pela ocupação), do que com nossos irmãos açorianos e litorâneos de Santa Catarina. (DUVOISIN, 2019, p.22, parênteses do autor)

Essa recuperação histórica dos "anulados" feita por este autor – que destaca que um povo não pode negar sua própria origem, é importante para este trabalho porque ao longo de toda a história do município foram os caboclos e, especialmente, as caboclas que coletaram na mata feixes de ervas ou raízes medicinais e as preparavam com base no conhecimento que haviam recebido dos seus ancestrais indígenas. "Curandeiras/os" e "benzedeiros/as" que não apenas tratavam com sua "medicina caseira" os enfermos que os/as procuravam, como generosamente comunicavam seus saberes às/aos interessadas/os em se iniciar na atividade. Inclusive, em muitos casos, descendentes dos imigrantes europeus.

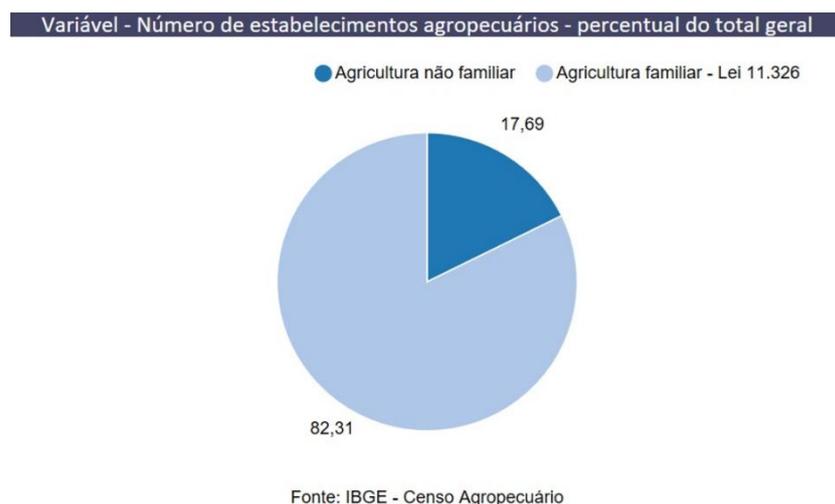
I.VI. A agricultura na base da dinâmica econômica municipal

Ao consultarmos o site da Prefeitura de Campo Alegre sobre a economia do município, nos deparamos com o seguinte texto:

Campo Alegre tem sua economia baseada na agropecuária, principalmente com rebanhos bovinos, ovinos e eqüinos; na agricultura com o cultivo da batata salsa, milho, fumo e feijão, e tendo como extrativismo erva-mate, o carvão e o caulim; na área industrial predominam as indústrias moveleiras, que correspondem a 25% da economia campoalegrense. (CAMPO ALEGRE, 2014. Grifos MZ)

Isso reforça minha visão de que o setor agrícola continua sendo a base da dinâmica econômica de Campo Alegre. É relevante sublinhar que do total de estabelecimentos agropecuários (655 unidades) identificados no município no Censo Agropecuário de 2017, 85% (555 unidades) tinham menos de cinquenta hectares. O mesmo recenseamento indicava que 82,3% dos estabelecimentos agropecuários eram de tipo familiar e que apenas 17.7% eram não familiares.

Figura 5 - Gráfico Agricultura Familiar e Não Familiar em Campo Alegre



Apesar da área detida pelo segundo e minoritário grupo (55% da total) ser superior àquela do primeiro e majoritário grupo (45% da total), esses dados indicam a relevância e o papel da agricultura familiar em Campo Alegre. Na verdade, esse tipo de agricultura familiar se desenvolve desde os primórdios do povoamento na região, com a combinação de uma policultura vegetal e criação animal diversificada voltadas ao autoconsumo e, normalmente, uma atividade mais voltada ao mercado. Em boa parte do tempo, a triticultura. Por isso, ainda existem nas localidades vestígios dos antigos moinhos "coloniais". É claro que essa agricultura familiar foi se modificando ao longo do tempo. Hoje, por exemplo, há um número crescente de agricultoras e agricultores familiares que

adota o sistema orgânico de produção agropecuária. Da mesma forma, uma produção agrícola voltada ao autoconsumo das famílias ressurgiu como forma de atenuar os gastos externos em dinheiro com comida. Também têm adotado atividades rurais não agrícolas como o turismo rural. Do final dos anos 1970 até a virada de século houve, entretanto, enorme pressão para que os agricultores em geral adotassem um sistema de produção intensivo em insumos de síntese química, a chamada agricultura convencional. Essa produção nociva para as saúdes do meio ambiente e dos homens e mulheres passou a predominar. Como resultado, atualmente, o modelo de produção agrícola mais frequente no município é o convencional, caracterizada pelas monoculturas de milho, feijão e soja. Muitos pequenos agricultores que não conseguem acompanhar esse padrão – geralmente por falta de recursos financeiros e capacidade de investimento, acabam arrendando suas terras e buscando trabalho assalariado. Finalmente, cabe ressaltar outra atividade importante na história e na economia de Campo Alegre que é a extração e beneficiamento da madeira, inicialmente das espécies nativas e depois, o resultado do plantio de grandes áreas comerciais com espécies exóticas, como, especialmente o pinus.

Foi no contexto do forte predomínio da agricultura convencional que, no final da década de 1990, foi desenvolvido o projeto “*A Natureza Cura*”, com o objetivo de resgatar a experiência popular no uso de plantas medicinais mais utilizadas e significativas no universo da saúde pública local, propondo o cultivo delas não apenas para o consumo das famílias, mas também como uma alternativa econômica. É deste projeto que tratarei a seguir.

CAPÍTULO II

Analisando experiências passadas com plantas medicinais e outras informações; para balizar minha proposta didática

Como nos mais diversos lugares da Terra, em Campo Alegre, os povos originários da região, assim como seus novos colonizadores, praticaram a utilização de plantas medicinais quando a dor surgia ou a doença atacava. Até porque, havia pouca escolha além de recorrer às plantas. Criados pelo método de experiência e erro, muitos tratamentos fitoterápicos tinham uma eficácia admirável. Com o avanço da medicina, contudo, tal prática passou a ser vista como “superstição”. Visando a alcançar o objetivo deste estudo, descrevo, nos parágrafos seguintes, a história de um projeto desenvolvido na área da saúde em Campo Alegre e sua relação com a população e as escolas existentes na época. Busco, através deste resgate histórico, afirmar a real possibilidade de criar uma proposta pedagógica para os anos finais do Ensino Fundamental na área das Ciências da Natureza, especificamente sobre as plantas medicinais, na qual ambos conhecimentos – científico e popular – sejam apresentados aos estudantes, promovendo a valorização de ambos.

II.I. Uma referência distante no tempo, mas que ainda traz boas pistas

O projeto *A Natureza Cura* foi desenvolvido no município de Campo Alegre, de 1997 até 2000. Seu idealizador foi o Dr. Manuel Del Olmo, médico clínico geral que atuava no Hospital São Luís¹⁰ – então, "o" hospital do município – e se elegeu para a chefia do Executivo municipal em 1996.

O médico e ex-prefeito relembra:

Eu sempre tive paixão pelas plantas medicinais. Trabalhei com plantas desde a minha formação há 45 anos. Uma parte, foi um conhecimento, transmitido pela família por gerações. Outra, vem de estudos. Tenho uma biblioteca enorme em

¹⁰ Hoje, Dr. Manuel clinica na região. Quando realizei a pesquisa de campo, ele era o Secretário municipal de saúde de São Bento do Sul, município a menos de vinte quilômetros de Campo Alegre. Nessa função, segundo ele próprio, resgatou as diretrizes do projeto *A Natureza Cura* para uma nova proposta de ação chamada “*Farmácia Viva*”, que é desenvolvida com apoio do Ministério da Saúde. Em 2020, deixou o cargo com a alternância de poder no Executivo municipal.

casa. Tudo é baseado nas plantas, mas a farmácia se apodera como fonte de lucro. [...] Então, quando fui eleito prefeito do município, pensei em fazer algo diferente, que estivesse ligado à minha profissão e que também pudesse levar algum ganho à população rural campo-alegrense. (Entrevista direta, 2019)

Dr. Manuel reconhece, desta forma, seu papel de "inspirador". Segundo ele, "o objetivo do projeto era o uso de plantas medicinais na cura de males que afetam a saúde". A visão era a de instalar um "horto municipal" que seria "uma farmácia alternativa", com "medicamentos eficazes", "menos prejudiciais" e "mais acessíveis" ao povo campo-alegrense. Os pacientes, após realizarem consulta no hospital ou no Posto de Saúde, "buscariam gratuitamente, no horto-farmácia alternativa, o seu remédio". Ao mesmo tempo, Manuel Del Olmo define o papel de Terezinha Foitte como o de "motor do projeto". Dona Terezinha como era conhecida, exerceu a coordenação do *A Natureza Cura*, mas, muito mais do que isso, atuou em todas as suas frentes. Por exemplo, com o apoio de duas funcionárias, trabalhou diretamente no "horto-farmácia" (voltarei a ele) no cultivo das plantas medicinais. Destaque-se que, naquele mesmo período, ela foi a primeira mulher eleita como vereadora, sendo logo em seguida escolhida para presidir a Câmara Municipal de Campo Alegre. Terezinha Foitte lembra¹¹ as motivações para dedicar tanta energia ao projeto.

Uma fala marcante foi a do padre Romero. Ele me disse: "com isso, vamos fechar a farmácia do hospital. Ninguém mais compra remédio. Só usa as plantas". Outro fator importante foi o primeiro congresso que fui com Dr. Manuel, em Tubarão. Os japoneses que palestraram disseram que os americanos não querem que a gente produza hortos dessas plantas, pois isso acabaria com a produção de medicamentos químicos deles. (entrevista direta, 2019)

Completava a tríade do projeto o Engenheiro Agrônomo Gilson Omar Brunnquell, funcionário da Secretaria Municipal de Agricultura à época, função que exerce até hoje. Cruzando os depoimentos desses três pilares do *A Natureza Cura*, conclui que o Dr. Manuel era o responsável "pela parte científica, ensinando as diferenças entre as plantas benéficas e tóxicas"; Dona Terezinha, cuidava "da forma de plantar, colher e preparar as plantas"; e o engenheiro agrônomo Gilson, da "preparação dos solos, com sua terra apropriada, com seu adubo apropriado, com o pH certo para cada planta". Gilson informou que foi envolvido no projeto porque "inicialmente, a ideia era de que os produtores rurais do município começassem a produzir ervas medicinais e temperos" (Entrevista direta). E

¹¹ Ressalto que a entrevista direta precisou ser muito curta, porque ela estava debilitada. Infelizmente Dona Terezinha faleceu três semanas após esse nosso encontro, em decorrência de um Acidente Vascular Cerebral.

diz que Dr. Manuel "procurou" Dona Terezinha, "porque ela tinha um trabalho parecido" com o que ele propunha, "dentro da igreja católica, onde as mulheres se reuniam pra falar de chá... chá de hortelã, chá de melissa, chá de erva-doce, mas uma coisa bem informal". Fato confirmado pela Dona Terezinha, em entrevista direta: "eu fui convidada ao cargo de coordenadora do projeto devido à minha participação ativa no grupo de mulheres que realizava, juntamente com a Igreja Católica, no salão paroquial, reuniões sobre chás medicinais". Ela fez questão de ressaltar que eram "encontros informais", "apenas troca de experiências, conversas e trocas de receitas entre avós". E que "esse "modelo foi utilizado no projeto municipal".

Uma vez formado, o "trio" realizou visitas a outros municípios que trabalhavam com esse tipo de iniciativa. Gilson recorda que visitaram Balneário Camboriú que possuía, à época, uma farmácia alternativa dentro da prefeitura, como era proposto para Campo Alegre. Dona Terezinha lembra que lá encontraram além de um "horto especial", no qual puderam coletar mudas, uma produção de medicamentos em laboratório próprio, estrutura que não havia em Campo Alegre. Os dois lembram que também viajaram até o município de Rodeio onde "havia Irmãs Católicas que trabalhavam com ervas medicinais".

Gilson relatou que, ao longo do desenvolvimento do projeto, ocorriam encontros noturnos semanais, principalmente na Sociedade de Amigos Campo-Alegrenses (SACA), na sede do município, mas também em salões de igreja das localidades do interior. Nessas reuniões, aulas ou palestras eram apresentados "o uso e a forma de produção das plantas medicinais, como preparar o solo para o plantio delas, como colhe-las, e como preparar os remédios". Dona Terezinha disse que cada encontro tinha como conteúdo uma planta e, "no período ativo do projeto, foram estudadas cento e uma espécies de plantas medicinais". Segundo Gilson, cada reunião contava com a participação de "aproximadamente setenta pessoas, entre produtores agrícolas e outros interessados pelo assunto, de diversas localidades do município".

Figura 6: as reuniões na SACA

Fonte: acervo municipal - Casa da Cultura de Campo alegre – SC

No que nos interessa mais de perto, o agrônomo relata, que nestas reuniões ocorria de forma voluntária "a participação de professores e merendeiras, que trabalhavam, com seus alunos, plantas e práticas nas hortas das escolas isoladas municipais.

O Horto Municipal – como já mencionado, o principal símbolo do Projeto – foi instalado, em 1998, em um terreno "com uma área ampla e com fonte de água natural", localizado "na comunidade rural do Faxinal, caminho para a Avenquinha, a oito quilômetros da sede do município". Para Dr. Manuel, era "o lugar perfeito para as plantas". Trabalhavam, no local, Dona Terezinha e mais duas funcionárias. Segundo Dr. Manuel, o horto chegou a ter 138 espécies diferentes de plantas, catalogadas com o nome científico e divididas entre temperos e plantas medicinais. "Cada uma em seu canteiro, com terra apropriada, adubação adequada e pH certo", ele fez questão de sublinhar. Dona Terezinha, por sua vez, observou "que a infraestrutura para os servidores não era adequada". "Nem banheiro havia", ela disse com ênfase. Afirmou, em seguida, que "mesmo assim, não deixaram de produzir" e que as duas mulheres que trabalhavam com ela, "depois do início das atividades no horto, não foram mais a médico", associando o "poder das plantas" ao "bem estar do corpo".

Figura 7 : o horto e sua diversidade de espécies



Fonte: acervo municipal - Casa da Cultura de Campo Alegre – SC

A produção realizada no horto, além de atender a população local, destinava-se, também, à venda para outras municipalidades. Gilson relembrou que, no início, as plantas colhidas eram enviadas *in natura*, sob refrigeração. Logo após, passaram a ser secadas em uma estufa de secagem de madeira desativada. Isso resultou em um aumento da "comercialização para fora".

Figura 8: Dona Terezinha preparando as plantas para a comercialização



Fonte: acervo municipal - Casa da Cultura de Campo Alegre - SC

Com a mudança de administração municipal, no início de 2001¹², todavia, o Horto Municipal, depois de praticamente três anos de funcionamento, foi fechado e sua área utilizada para a instalação de um britador municipal, em utilização até hoje. Para Dona Terezinha, em entrevista direta, o fechamento do Horto “não ocorreu por maldade ou briga política, mas por falta de conhecimento¹³, por parte do novo gestor, sobre as plantas medicinais”. Ela ponderou, inclusive, que “a produção de plantas medicinais foi o pontapé inicial para o turismo no município de Campo Alegre, pois diversas foram as visitas de pessoas de fora” em busca de informações ou de troca de experiências relacionadas ao projeto.

Segundo Gilson, em entrevista direta, depois disso, “o projeto, de certa forma, teve continuidade por alguns anos”. Ele recordou que doze produtores passaram a plantar, “em grande escala”, ervas medicinais, para uma empresa de Curitiba, como nova fonte de renda, abandonando a produção de fumo, secavam as ervas na estufa antes utilizada para secagem de fumo. Entre estes doze produtores rurais, estavam meu pai, Acir José Zumbach, e um de meus tios, Adilson Zumbach, que plantaram alcachofra e melissa. Meu pai, recordou que, à época, “só ensinaram como plantar, colher e secar. Ninguém informou sobre para que serviriam e quais as propriedades as plantas possuíam. Só que seria mais rentável financeiramente do que a produção de fumo” (Entrevista direta). Minha tia, Suzicléia R. Kérscher Zumbach – além de agricultora, benzedeira – corroborou essa informação: “depois do fim do horto, nós assim como seu pai plantamos melissa e alcachofra para uma empresa de Curitiba, mas nunca soubemos de fato qual era o destino final da produção que realizávamos”. Tal fala indica limites importantes do projeto. Sobre o próprio horto, por exemplo, Tia Suzicléia dá uma medida: “sabíamos que tinha, mas nunca cheguei a conhecer”. A mesma perspectiva foi apontada por Dona Dair Terezinha F. Waldmann, também benzedeira. Em relação ao horto e ao projeto ela disse que “nunca soube de nada. Não tínhamos jornal, na época, e íamos pouco pra cidade” (Entrevista

¹² Manuel Del Olmo era filiado ao PFL (Partido da Frente Liberal) e não se candidatou à reeleição. O eleito foi Renato Bahr, filiado ao PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), com 48,7% dos votos válidos. Ele derrotou Raul Johanson, do PFL, com 47,6 % dos votos válidos. Uma diferença “apertada” de 77 sufrágios nominais em um total de 6.784 votos válidos. Uma terceira candidatura, do PT, fez 243 votos nominais (3,6% dos válidos). (www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2000/resultado-da-eleicao-2000)

¹³ Considere-se que Renato Bahr é lembrado como um “homem de pouco estudo, mas de muita sabedoria, com vocação política” (<www.luteranos.com.br/textos/em-memoria-renato-bahr>).

direta). Tal fala indica que o fato de o horto estar localizado perto da “cidade”, restringiria o seu alcance. De qualquer forma, Dr. Manuel aponta que o projeto foi o precursor das atividades atuais alternativas à cultura do fumo e relacionadas à produção orgânica de morango e amora¹⁴.

Ressalte-se que, mais de vinte anos após o encerramento de seu curto ciclo de vida, o projeto *A Natureza Cura* ainda é, mais do que lembrado, considerado um avanço no desenvolvimento de práticas envolvendo as plantas medicinais na região. Com base nos debates feitos em diversas disciplinas de "Saberes e fazeres no Campo", ao longo de minha formação, creio que cabe uma observação importante. Nelas, meus docentes apresentaram as perspectivas da etnociência, da etnomatemática, da etnoquímica, da etnobotânica ou da etnofarmácia, por exemplo. E insistiram na necessidade de um "diálogo de saberes". Assim, para as discussões que vou fazer no Capítulo 3, cabe avaliar que o projeto *A Natureza Cura* tinha uma perspectiva "de cima para baixo" – e não de comunicação nos dois sentidos – ou "bancária", no sentido dado por Paulo Freire. O que depreende das falas é que prevaleciam "palestras" em que especialistas expunham os conhecimentos sistematizados sobre cada planta medicinal. Inclusive, nas comunidades rurais onde viviam e atuavam diversas benzedadeiras. Será preciso aprofundar esse ponto, mas parece ter havido muito pouco espaço para que os saberes dessas mulheres emergissem nesses encontros. Procurarei caminhar, em minha proposta, na direção contrária.

No que interessa mais de perto essa monografia, cabe-nos verificar, ainda, a ligação dele com a educação e a rede municipal de escolas.

II.II. O Projeto *A Natureza Cura* e a educação

No período ativo do projeto *A Natureza Cura*, as escolas municipais de Campo Alegre eram multisseriadas. E cada uma delas tinha sua horta. Nelas, havia um canteiro de plantas necessárias para a preparação de chás, seja os de consumo diário, seja aqueles para quando algum aluno/a passasse mal. Não foi proposta, contudo, uma participação formal

¹⁴ Praticamente cinco anos depois do encerramento do Projeto *A Natureza Cura*, o Brasil passou a ser signatário da Convenção-Quadro da OMS para o Controle do Tabaco (tratado internacional para o controle do tabaco). Nasce, então, o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco. "Baseado nos princípios do desenvolvimento sustentável, segurança alimentar, diversificação produtiva e participação social, o Programa atua na qualificação do processo de produção e de desenvolvimento nas áreas de fumicultura, assim como na perspectiva da produção ecológica, mediante a redução do uso de agrotóxicos". (www.inca.gov.br/observatorio-da-politica-nacional-de-controle-do-tabaco/alternativas-fumicultura)

de professores e merendeiras no projeto. Como já foi mencionado, apenas aqueles que se interessavam pelo assunto frequentavam as reuniões. A esse respeito, Gilson Brunnuell, avaliou, em entrevista direta, que o projeto não envolvia “a educação”, apenas “produtores rurais”, a “área da saúde” e “interessados pelo conhecimento e pela produção de pequenos hortos em casa para produção própria de chás”, o famoso “canteiro de remédios”, prática muito comum nas localidades interioranas. Ao mesmo tempo, como as escolas eram localizadas nas comunidades rurais, as avós e mães dos/as estudantes tinham uma participação frequente no ambiente escolar e, nele, realizavam troca de receitas. Dizendo de outra forma, era a mobilização do saber local que tornava frequente o uso das plantas medicinais na escola. Outro entrevistado – José Carlos Nenevê, com 35 anos de atividades no Magistério Público e, hoje, agente administrativo da SME-CA, contudo, recorda que, durante o período do projeto *A Natureza Cura*, “houve palestras para os/as servidores/as das escolas e estímulo para fazerem o cantinho dos chás nas escolas com orientação da extensionista da Epagri de Campo Alegre”. Destaco que fiz uma busca na documentação da SME-CA, mas não consegui localizar qualquer documentação sobre a relação do projeto com as escolas¹⁵. Durante minha pesquisa de campo, consegui algumas fotografias das reuniões e do Horto Municipal. Nelas, segundo José Carlos Nenevê, pode ser verificada a presença de professores/as de escolas municipais. Tentei entrevistar esses/as educadores/as indicado/as pelo agente administrativo da SME-CA, porém nenhum/a deles/as quis participar da pesquisa.

II.III. "Da vida das escolas rurais isoladas a uma escola isolada da vida rural"¹⁶

Para os objetivos deste TCC é importante tratar, ao final deste capítulo, do processo de nucleação das "escolas isoladas" municipais ocorrida nos anos 2000 (posterior ao projeto *A Natureza Cura*, portanto). O distanciamento físico e simbólico das famílias em relação à escola, diminui ou anula a participação ativa da comunidade e faz com que não ocorram práticas ligadas ao saber local. O depoimento de Suzicléia R. Kérscher Zumbach ilustra tal relevância:

¹⁵ O passar do tempo, as mudanças ocorridas entre prédios públicos e o descuido com a memória que marcam a administração pública no país não tornam essa não localização algo conclusivo.

¹⁶ Tomo emprestado, aqui, por considera-lo perfeito na descrição do processo, o título de uma Dissertação de Mestrado (BAUMANN, 2012) a que tive acesso durante minha formação na EduCampo-UFSC.

as escolinhas sempre tiveram um canteiro de ervas e faziam uso dele. Mas, depois que mudou tudo para a Paulo Fuckner [escola núcleo que recebeu crianças de onze escolas isoladas], essa cultura se perdeu. Penso eu que [trabalhar plantas medicinais na escola] serviria pra resgatar isso que se perdeu. Se as famílias de hoje não a fazem, talvez a escola possa executar essa função de estimular a valorização desse saber. [Entrevista direta, 2019, colchetes MZ]

José Carlos Nenevê avalia que tais nucleações ocorreram "em locais errados". Para ele, por isso, não caberia o nome de "núcleo escolar", porque a escola que recebe os estudantes não está localizada no ponto central (ou, núcleo) das comunidades que tiveram suas escolas isoladas fechadas. E que isso contribuiria para compreender "o abandono das comunidades em relação ao ambiente escolar".

Quadro 2. Escolas municipais núcleo e escolas que tiveram seu público incorporado e, em consequência, foram paralisadas ou fechadas.

Escolas Núcleo	Escolas Paralisadas ou Fechadas
EMEB Paulo Fuckner	EMEF Miguel Franco da Rocha (Rodeio de Santa Cruz) EMEF Rodeio Grande (Ribeirão das Pedras) EMEF Cubatão EMEF Santana EMEF Ximbuva EMEF Adão Trischiack (Mato Bonito) EMEF Cãozinho EMEF Ribeirão do Meio EMEF Campinas EMEF Bateias do Meio EMEF Papanduvinha EMEF Tijucume
EMEB Maria José Duarte Silva Bernardes	EMEF Salto EMEF Avenquinha de Santo Antônio EMEB Antônio Domingos Correa (Belo Horizonte) EMEB Carlos Frederico Adolfo Schneider (Cascatas) EMEF Diná Moreira – Km 48 EMEF São Miguel EMEF Queimados EMEF Prof. Eugênio Schutzler (Lageado) EMEF Rudolfo Altmann (Papanduva) EMEF Avenca do Rio Negro EMEF Saltinho EMEF Pedro Pruchneski (Serrinha)
EMEF Jeronimo Francisco Coelho Pacheco	EMEF Capinzal EMEB Willy Franz (Rio Represo)
EMEF Prof ^a Marise Neneve Cordeiro	
EMEB Bela Vista Prof ^a Zilka de França Hasselmann	

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Campo Alegre – Elaboração MZ

O mesmo entrevistado afirma, a respeito desse embate sobre o que ensinar na escola, que “sem dúvida, toda atividade interdisciplinar vale a pena”. Para ele, “o resgate popular com o uso da tecnologia deve ser ampliado e divulgado com acompanhamento de pessoas ligadas à pesquisa do uso das plantas”. O professor José Carlos analisa, ainda:

“na educação, existem diretrizes a serem seguidas, em consonância com as Legislações Federais, Estaduais e Municipais. Porém, o currículo de cada ente federativo aceita uma parte diversificada com foco na cultura local. Por este motivo, é possível que se desenvolva um resgate na aprendizagem sobre plantas medicinais e sua utilização.” (Entrevista direta, 2019)

Irmã Angélica, por sua vez, descreve da seguinte forma, a relação entre a escola e o saber popular sobre plantas medicinais:

“é na escola que formamos as pessoas. Educar é em casa, com os pais. Formar é na escola. É na escola que estudamos história, então é nela que devemos resgatar a história da nossa comunidade. Nesse caso, o saber popular das plantas medicinais. Não necessita ser apenas na disciplina de Ciências. Mas, em outras também, já que não é só ensinar como fazer o uso correto [de plantas medicinais], mas resgatar de onde vem esse conhecimento.” (Entrevista direta, 2019, colchetes MZ)

Procurei, aqui, recuperar a experiência do Projeto *A Natureza Cura* – como uma importante ação pública focada na saúde e na alternativa econômica à fumicultura. O estudo indica o seu frágil relacionamento com a educação e as escolas de Campo Alegre. Esse projeto, que persiste na memória dos campo-alegrenses, traz ao mesmo tempo muitas pistas para pensar novas ações individuais ou coletivas sobre plantas medicinais e seu uso, e é referência obrigatória. Busquei mostrar, também, que com o processo de “nucleação escolar” – ou, mais propriamente de descolagem (no sentido do ato de desligar ou despegar) da escola das comunidades rurais – o saber popular – no caso, sobre as plantas medicinais – foi ainda mais afastado das escolas do município.

II.IV. Pessoas que têm conhecimentos e práticas relacionadas às plantas medicinais; as benzedeiros

Antes de concluir esse capítulo e em consonância com o objetivo específico número um, de “identificar e entrevistar pessoas que têm conhecimentos e práticas relacionadas às plantas medicinais e seu uso, em Campo Alegre, também realizei um trabalho de campo. Afinal, para propor interações com essas “especialistas do saber popular”, eu precisava

saber, antes, se elas ainda existiam, ou seja, estavam vivas e atuavam. E elas persistem e resistem, como mostra o Quadro 3.

Quadro 3: Lista das benzedadeiras de Campo Alegre, por localidade em que vivem e atuam

LOCALIDADE	BENZEDEIRA
Avenquinha	Dona Marli Dreveck
Bateias de Baixo	Dona Ana Lúcia Piske Dona Ivanilda Valuthky Dona Olga Coelho Dona Otilia Cubas Dona Rose Hienk Dona Tereza Hertz Dona Verena Heiden
Bateias de Cima	Dona Aldair Fuckner Walddman Dona Cristina Kerscher Dona Emilia Fuckner
Campinas dos Simões	Dona Nivea Simões de Farias
Bairro Cascatas – Centro	Dona Nivia Pagani Dona Tuca
Mangueira Velha	Dona Marli Telma
Ribeirão do Meio	Dona Joice Money Franco
Tijucume	Dona Ivone Kobus
Ximbuva	Dona Elenir Machado Dona Jandira Dona Maria da Glória

Fonte: Pesquisa de Campo, atualizada em 16/08/2021 Elaboração MZ

Além de que só encontrei benzedadeiras – e não, benzedores, outra informação chama a atenção, nos casos em que foi possível coletá-los: os sobrenomes. Apesar de estar presente a ideia de que plantas medicinais e benzeduras não são valorizadas pelos descendentes de imigrantes europeus, "pois é coisa de caboclo, porque tem relação com crenças" – como nos disse Dona Terezinha Foitte (Entrevista direta, 2019), uma pessoa muito importante na valorização e na difusão dos conhecimentos sobre plantas medicinais em Campo Alegre, percebemos na lista nomes de família como: Cubas, Dreveck, Fuckner, Heiden, Hienk, Hertz, Kerscher, Kobus, Pagani, Piske, Valuthky ou Walddman. Pode ser que sejam mulheres caboclas que adquiriram os sobrenomes de seus maridos descendentes de europeus, o que já indicaria resistência ou sincretismo cultural. Pode ser, da mesma

forma, que esses saberes, por sua validade local, transbordaram seus limites étnicos. Esse é um indicativo de que este levantamento precisa ser ampliado e aprofundado. Algo impossível para os limites temporais e o escopo dessa monografia de TCC.

Esse conjunto de resultados do trabalho de campo deixa patente a pertinência de apresentar uma proposta de práticas pedagógicas que orientem minha atuação, em uma escola do campo de Campo Alegre (lembrando que, para mim, todas elas o são), no Ensino de Ciências, de forma integrada com os responsáveis por outras disciplinas e, principalmente, que aproxime a escola das famílias dos estudantes que habitam em comunidades do entorno. Sempre trabalhando para valorizar o conhecimento científico e reconhecer o saber popular. Apresentar tal proposta é o que faço a seguir.

CAPÍTULO III

Plantas Medicinais e o Ensino de Ciências:

novos olhares e novas propostas

O que interessa neste estudo é refletir sobre o conhecimento do uso correto das plantas medicinais, como essa prática pode fazer parte do conhecimento escolar e enriquecer os currículos escolares. É fato que todo conhecimento científico teve suas bases no conhecimento cotidiano, produzido ao longo de gerações. Durante minha formação na EduCampo-UFSC, passei a reconhecer a importância e valorizar tal conhecimento cotidiano e a realizar a “ponte” com o conhecimento científico. Passei a entender, também, que a luta por uma educação de qualidade para os povos do campo passa por admitir como certos os costumes e tradições de nossos antepassados. Dizendo de outra forma, enfatizar dentro da escola o uso das plantas medicinais é “dar voz” aos povos do campo, valorizando todo o conhecimento produzido por eles. Neste contexto, emergem diversas perguntas: Como o uso das plantas medicinais é frequente e difundido em Campo Alegre, por que esses conhecimentos não são trabalhados na escola? Que reflexões podemos trazer para a sala de aula a partir desses conhecimentos? Como o conhecimento sobre as plantas medicinais pode fazer parte do cotidiano da escola? A escola busca contextualizar o conhecimento científico com a realidade do estudante?

Sei que estes desafios cercam a prática pedagógica e nos fazem pensar sobre o Ensino de Ciências e o papel da escola. Seguindo Miotto, Brito e Sagae (2011, p. 5), fui levada a

[...] reflexões relacionadas às finalidades do ensino de CN [Ciências da Natureza] e sua relação com as visões de ciência, articuladas às demandas sociais, econômicas e políticas, reforçando a importância de refletirmos o porquê/o que ensinar e o compromisso com a apropriação de conhecimentos científicos e tecnológicos significativos para melhor analisar e compreender a relação homem/natureza/sociedade. Principalmente se nos questionarmos sobre quais seriam as contribuições para as práticas educativas na educação do/no campo.

Ainda seguindo essas autoras – duas egressas e uma professora da EduCampo-UFSC, posso ponderar para as perguntas postas por mim:

Acreditamos que não temos uma resposta pronta, mas estamos mobilizadas pela compreensão de que é preciso ultrapassar a visão linear e pontual dos conteúdos escolares enquadrados e delimitados pela seriação dos currículos, assim como encontramos outros modos de abordagem didático-metodológica dos conhecimentos científicos e tecnológicos. Dessa forma, integrando as duas atividades relatadas, através da visita ao Horto Didático; o reconhecimento das plantas medicinais; as discussões sobre a relevância dos saberes populares; assim como o estudo articulado com pesquisas acadêmicas sobre os princípios ativos e sua forma de atuação, e os conceitos científicos trabalhados, realizamos uma prática pedagógica criativa, integrada e agradável [...]. (MIOTTO; BRITO; SAGAE, 2011, p.8)

Nessa perspectiva deve-se considerar que vivemos num país que, além de ser rico em biodiversidade, conta com uma enorme diversidade cultural. E que o uso de plantas medicinais faz parte da cultura dos mais diversos povos, muitos deles presentes no município de Campo Alegre. Fato esse que nos leva a refletir sobre o Ensino de Ciências como fonte de interdisciplinaridade, abrangendo não apenas os conceitos científicos, mas também a história por trás do uso das plantas medicinais. A escola – assim como o professor – deveria/deve ter autonomia em criar conteúdos curriculares de acordo com as necessidades, possibilidades e interesses dos educandos, superando os muros da escola e contextualizando o indivíduo em relação ao ambiente em que está inserido. Seguindo Morin (2000; citado por PINHO, 2019 p.13), defendo que os educadores de Ciências devem ser pluralistas e instigar os alunos a uma aprendizagem abrangente. Devem praticar um ensino que vise a aprendizagem significativa/contextualizada, fazendo com que a escola transite para além da sala de aula, saia para fora dos muros, aliando o contexto social ao conhecimento científico na criação de problemáticas, possibilitando uma nova percepção crítica do mundo em que vivem.

O ato de ensinar Ciências no atual momento, tecnológico e pandêmico, exige dos profissionais da educação competências específicas na aplicação de práticas educativas científicas e sociais. Como afirma Dermeval Saviani, as atividades desenvolvidas nas escolas devem ter o foco principal na construção e reconstrução de cidadãos por uma efetiva aprendizagem significativa (SAVIANI, 1997; apud MOREIRA, 2013). Essa aprendizagem é entendida como uma interação de ideias expressas por indivíduos, no entanto, está relacionada com a bagagem cognitiva que os mesmos possuem. Logo na educação científica ela se relaciona com diversos fatores que vão muito além de uma simples abordagem teórica em sala de aula, pois os educadores precisam instigar os educandos a desenvolverem suas competências e habilidades sobre determinados conceitos científicos. Nessa perspectiva a educação científica deve prestigiar além dos saberes

científicos, também o diálogo com outras formas de conhecimento como o tradicional/popular.

É sabido que o Ensino de Ciências passou por transformações desde sua implementação no currículo educacional. Cada modificação tendo relação com o contexto social de cada período histórico. Apesar das inúmeras transformações, porém, tal instrução ainda está sendo trabalhada nas salas de aulas de forma descontextualizada, ou seja, o indivíduo não se reconhece como participante do processo, devido à distância do que lhe é apresentado e a percepção do meio social em que vive. Sendo assim, a escola deve promover um ambiente que proporcione a interação entre homem e natureza, construindo junto ao saber popular o conhecimento científico, trazendo benefícios à sociedade. É importante citar, Basso e Locatelli (2021) que, tratando da escola indígena, consideram que a escola deve avaliar sua função

[...] enquanto instituição de ensino em relação à valorização desses saberes [tradicionais], tanto em benefício da saúde dos estudantes e seus familiares, quanto pela possibilidade de se utilizar tais saberes como metodologia alternativa para o ensino de conceitos/conteúdos de Ciências, buscando relacionar o saber popular e/ou conhecimento tradicional com o conhecimento científico, a fim de tornar o ensino mais significativo. (BASSO, LOCATELLI, 2021, p. 4)

A partir desta reflexão, busquei neste trabalho propor práticas pedagógicas que valorizem o conhecimento dos povos do campo sobre o uso de plantas medicinais no município de Campo Alegre. Como procurei indicar no Capítulo 1, todas as escolas de Campo Alegre estão inseridas em um território essencialmente rural, podendo exercer ações na atenuação – ou mesmo na cessação – do processo de perda do conhecimento popular referente ao uso das plantas medicinais. Recordo que este uso sempre se deu visando o cuidado para com o ser humano. O Ensino de Ciências pode e, deve ser utilizado para essa atenuação/cessação, através de uma instrução contextualizada, em que o educando possa compreender a importância e o valor que tem os recursos naturais relacionados à sua cultura. Considero que propor uma nova percepção de ensino-aprendizagem não significa que os conteúdos e conceitos criados até o momento serão omitidos ou substituídos. O que pretendi foi pensar no Ensino de Ciências a partir das plantas medicinais, criando vínculos com a natureza, compreendendo sua essência na Biologia e na interação indivíduo-meio ambiente-sociedade.

Ao pensar no desenvolvimento de novas práticas educacionais, pude utilizar como apoio a "alfabetização científica". Esta expressão está em difusão nas últimas décadas na

área das ciências, como linha emergente. Ela trata da construção do conhecimento científico e se remete à capacidade do indivíduo em ler, compreender, e expressar opiniões sobre assuntos que envolvam a ciência. Partindo do pressuposto de que o indivíduo já tenha interagido com a educação informal, passando a dominar a linguagem científica. Por outro lado, essa alfabetização científica pode auxiliar significativamente o educando na ampliação da sua própria cultura e na possibilidade de argumentar sobre a mesma. Sobre esse ponto, Miller (1983; citado por PINHO, 2019 p.14) argumenta:

[...] Quando se fala em alfabetização, normalmente não se percebe que a expressão ser alfabetizado apresenta dois significados diferentes: um, mais denso, estabelece uma relação com a cultura, a erudição. Por conseguinte, o indivíduo alfabetizado é aquele que é culto, erudito, ilustrado. O outro lado fica reduzido à capacidade de ler e escrever. (MILLER, 1983)

Nesta perspectiva as aulas de Ciências devem privilegiar a investigação de fenômenos vinculados ao cotidiano, para que o indivíduo possa ser capaz de dominar e usar os conhecimentos referentes à sua vida. Ou seja, a alfabetização científica está centrada nos significados, sentidos e na aplicabilidade dos conhecimentos científicos, ultrapassando a simples reprodução que ocorre nas salas de aulas.

O intuito nessa nova percepção de ensino é também ampliar a concepção de cuidado, articulando-o ao direito à saúde, o que implica no enfrentamento e superação das condições precárias de vida, que muitas famílias do/no campo vivenciam devido ao fato de serem isoladas. Através dessa “nova” forma de ensinar, um dos objetivos a serem alcançados é o de ampliar a vontade do educando de aprender e do desejo de transformar as coisas, e por consequência ressignificar o cuidado com a própria saúde. O cuidado, assim como o saber popular e o saber científico, se expressa e acontece por diferentes vias, uma delas no uso de plantas medicinais. Considerando tal fato, mais uma vez afirmo a necessidade desse e de outros trabalhos voltados para a área da educação, que possibilitem ampliar o campo educacional, fazendo com que o educando/indivíduo se descubra como agente transformador da sua realidade.

O curso de Educação do Campo me possibilitou diversas experiências. Uma delas, refletir sobre o ensino aprendizagem apresentado nas escolas do campo do município de Campo Alegre. Ao ensinar para "ter uma profissão, para trabalhar e para ter acesso ao dinheiro", os professores ignoram a origem desses educandos. (SANTOS, 2014, p. 34.) Por isso, o presente trabalho propõe que os conhecimentos adquiridos na escola a partir do uso das plantas medicinais nas áreas das Ciências da Natureza se tornem conhecimento

para a vida. Signifiquem o "educar para transformar", na perspectiva posta por Santos (2014, p. 35):

Muito claramente sabemos que é importante nos esforçarmos para enfrentar os desafios que temos na educação e valorizar o nosso compromisso. Como educadores devemos sempre procurar nos orientar e direcionar nossa prática a um aprendizado para um reconhecimento efetivo como seres humanos, capazes de fazer transformação por meio de nossas atitudes. (SANTOS,2014, p. 35)

Ao olhar para a escola, como um processo de constante transformação, quero me colocar como uma educadora que compartilha com os educandos saberes populares e científicos. Uma educadora que seguindo Carneiro (2018, p.13) saiba que sua função "é ficar ao lado do estudante, que explora o meio, aprendendo junto, incentivando e desafiando o mesmo para que ele próprio faça suas descobertas no processo de ensino-aprendizagem." Também aprendi na EduCampo-UFSC que uma aula ou um encontro educativo se torna uma prática pedagógica quando se organiza em torno de intencionalidades. Que só será prática pedagógica quando incorporar a reflexão contínua e coletiva, de forma a assegurar que a intencionalidade proposta seja disponibilizada a todos. Que só será pedagógica à medida que buscar a construção de práticas que garantam que os encaminhamentos propostos pelas intencionalidades possam ser realizados. Que uma prática pedagógica, em seu sentido práxis, configura-se sempre como uma ação consciente e participativa. Nesta configuração de prática pedagógica, a utilização das plantas medicinais tem como intencionalidade a valorização da história e da "prática" (o saber popular e o uso das plantas medicinais) existentes no município.

Esta visão que combina alfabetização científica e a ampliação da noção de cuidado (articulando-o ao direito à saúde) se adapta muito bem ao uso das plantas medicinais no Ensino de Ciências nas escolas do campo do município de Campo Alegre. Ainda mais, no contexto atual. A pandemia da Covid-19 ora vivenciada, combinando aulas virtuais com a permanência dos educandos em casa, junto à família, fez com que se buscasse o resgate dos saberes populares, da bagagem cultural dos familiares. O que se constata é que a educação passou a ter mais significado, o Ensino de Ciências passou a ser mais realista, os educandos passaram a ver a ciência nas coisas básicas do cotidiano.

III.I. Possíveis Caminhos para utilizar as Plantas Medicinais como metodologia no Ensino de Ciências

O debate anterior reforça minha defesa de um ensino contextualizado de Ciências, que deve, inicialmente, analisar o conhecimento prévio sobre o que será abordado, ocasionando uma integração entre o meio social vivenciado pelos educandos e o ensino científico, a fim de que ocorra a aprendizagem significativa. Os saberes ou conhecimentos prévios ocasionam uma ligação entre o que ele já sabe (adquiridos no senso comum e/ou na sua cultura) com o que ele deve conhecer/aprender segundo as leis educacionais. Desse modo, o conteúdo é aprendido de forma significativa, e não apenas palavras e símbolos usados sem sentido. Em relação à utilização das plantas medicinais e o Ensino de Ciências, o conhecimento prévio dos educandos pode ser investigado com utilização de metodologias que envolvam os alunos no resgate de informações sobre as plantas que fazem parte do seu meio social, bem como o uso que fazem das espécies. Deuseli de F. Carneiro nos dá como exemplo a prática pedagógica realizada na escola Princesa Isabel no Amapá:

[...] buscou inicialmente identificar como a temática relacionada às plantas medicinais aparecia nos livros didáticos de Ciências da escola. O estudo sobre as plantas medicinais é abordado de forma superficial nos conteúdos curriculares; entretanto, no cotidiano escolar, observou-se que o uso dessas plantas é comum entre os estudantes no tratamento alternativo ou cura dos males físicos e emocionais. [...] Foi distribuído um questionário para 14 estudantes do 7º ano do Colégio Estadual Princesa Isabel, para compreender o conhecimento prévio que eles tinham a respeito das plantas medicinais. A intenção de elaborar as perguntas do questionário foi a de levantar informações prévias dos estudantes sobre seus saberes relacionados com as plantas medicinais. (CARNEIRO, 2018, p.15)

Outro relato vem de uma escola do Município de Palmeira, no Paraná, onde o uso de plantas medicinais aparece gerando resultados aos estudantes e também à comunidade:

As atividades desenvolvidas iniciaram-se no curso de pós-graduação Especialização em Educação do Campo (EAD), através da implementação de experiência pedagógica em escola de campo, objetivando através da prática a legitimação da efetivação das Diretrizes Curriculares do Campo no contexto escolar. Assim, em conjunto com a pesquisa bibliográfica organizou-se um questionário entrevista para ser aplicada a comunidade de Vieiras, um minicurso sobre espécimes vegetais medicinais, coleta e catalogação das plantas pesquisadas, horta experimental e uma cartilha informativa sobre os resultados alcançados. (RIGONI, 2014. p.8)

Também outras formas de aplicar em sala de aula podem ser consideradas como o planejamento de oficinas, que auxiliam na elaboração de atividades práticas, dando mais

significado ao que se aprende. Por isso, é importante considerar o relato de experiência de Daniel Cadete, em uma pesquisa de TCC sobre "ervas medicinais no Ensino de Ciências" em escola indígena. O trabalho se deu em seis momentos:

Primeiro momento: contato com dois kujá [ancião e líder espiritual] consultando a disponibilidade dos mesmos para falarem sobre os conhecimentos sobre as ervas medicinais;

Segundo momento: em havendo concordância, agendamento e realização de uma entrevista semiestruturada que será gravada e transcrita em forma de depoimento;

Terceiro momento: os anciãos serão convidados para vir na escola falar sobre a importância do resgate das ervas medicinais;

Quarto momento: será a campo para coletar as ervas medicinais, para a oficina de preparação de algumas ervas;

Quarto [na verdade, o **Quinto**] **momento:** será realizada uma oficina na escola com ervas, com anciões e alunos, mostrando a forma certa de preparar os remédios tradicionais, relacionado com os conhecimentos da escola (biologia, química, física história.), em seguida será feito um parâmetro geral entre saber científico saberes indígenas Kaingang. Neste momento também estarão abordando a interferência remédios indústrias na comunidade;

Quinto [na verdade, o **Sexto**] **momento:** coleta de impressões de estudante e professores sobre a oficina os quais são gravado[s] e transcrito[s] em forma de depoimento[s]. (CADETE, 2019. p. 25-29)

Interessou-me mais de perto a construção da oficina, cuja realização foi descrita da seguinte forma

[...] uma anciã foi até a escola para fazer as oficinas com os alunos da escola, mostrando passo a passo a forma correta de fazer alguns chás de ervas como avenca, arnica de campo, entre outros. Em seguida foi possível fazer as cartilhas com os alunos, sendo assim, escrevendo as receitas dos remédios em Kaingang. (CADETE, 2019. p.31)

A partir do anteriormente exposto, proponho a construção de um canteiro medicinal na escola – ou na própria comunidade do seu entorno, partindo de uma pesquisa e diálogos com os indivíduos detentores desses conhecimentos, levá-los até a escola ("oficina"), ou os educandos até eles ("saída de campo"). Primeiramente, será necessário conhecer o solo e suas propriedades. Pode-se relacionar ao uso da adubação orgânica, aos tipos de solos, ao pH, à área da região cultivada, fazendo com que o estudante faça parte dessa construção. Recorde-se que, em sua maioria, são filhos de agricultores e que desde muito pequenos acompanham as atividades agrícolas na família. Como analisa Bastos (2013, p. 1; citado por BASSO, 2021, p. 4)

[...] ao considerar a valorização desses saberes em sala de aula, por acreditar que tais experiências são valiosas no processo de ensino-aprendizagem, o professor estará contribuindo para a construção do novo conhecimento científico que lhe

será apresentado. Sendo que, “nesse contexto o conhecimento popular constitui-se como uma importante ferramenta de mobilização cognitiva e afetiva do aluno para promover a percepção do novo conhecimento”.

Um elemento fundamental no século XXI é a compreensão do papel da biodiversidade.

A biodiversidade é responsável pela manutenção da vida na terra, pela interação entre os seres vivos e pela oferta dos bens e serviços que sustentam as sociedades humanas e suas economias. Portanto, a manutenção da biodiversidade é fundamental para a saúde humana, com dependência direta da medicina natural e moderna. (CARNEIRO, 2018, p. 9)

Para isso, segundo a mesma autora, cabe a nós, educadores das Ciências da Natureza, estudarmos sobre "outra forma" (em relação à "convencional" ou "industrial") de produção agrícola, no caso, a agroecologia, esta ciência que estuda os agroecossistemas, integrando conhecimentos da agronomia, ecologia, sociologia e economia. Como educadora do campo, pretendo inserir tal ciência na sala de aula, tendo como intencionalidade a preservação da biodiversidade da flora local, neste caso a cultura sobre o uso das plantas medicinais.

Além do Ensino de Ciências, estudar sobre as plantas medicinais pode ser compreendido através da interdisciplinaridade, inserindo o uso de interpretação de gráficos e tabelas, tabulação de dados, educação financeira, entre outros. Como um exemplo da prática pedagógica desenvolvida, tomo o relato sobre os usos e as percepções de plantas medicinais a partir do olhar dos estudantes do sétimo ano da Escola Estadual Princesa Isabel, em Cerro Azul, Paraná:

Os estudantes preencheram o questionário com quatro perguntas discursivas, seu conhecimento a respeito das plantas medicinais. Através da aplicação do questionário aos estudantes, foram analisadas as respostas obtidas e por meio destas realizou-se a coleta de dados, que será evidenciada a seguir, por meio dos gráficos e análises das respostas, que trouxeram informações significativas sobre a relação entre o conhecimento prévio dos estudantes sobre o tema: Plantas Medicinais. (CARNEIRO, 2018, p. 16)

No caso de Campo Alegre, a prática utilizada em relação ao uso de plantas medicinais está relacionada diretamente aos frequentes "canteiros de chás". Analisando o material tanto de pesquisa de campo quanto o bibliográfico utilizado na elaboração deste trabalho, tal fato intensifica a opção por "construir coletivamente" um "canteiro medicinal". Dado ao histórico, poderia chama-lo, inclusive, de "(novo) horto". A preferência é que ele seja "comunitário", no sentido de efetivamente envolver a comunidade. Se não terei meu pai para arar o solo com seu cavalo – como era na minha

infância (cf. Introdução), creio que poderei contar com pelo menos um pai de educando que tenha um micro trator Tobata para fazê-lo. Da mesma forma, acredito que poderei contar com assessoria do Engenheiro Agrônomo Gilson para as recomendações – agora, agroecológicas – na preparação do solo e com os educandos e seus familiares para se envolverem nas atividades de plantio e nos tratos culturais das plantas e dos canteiros. Tudo isso, dentro da perspectiva da troca de saberes durante a produção das plantas – e, posteriormente, no uso delas. Troca de saberes entre escola-comunidade- educando, levando em consideração o saber popular e os conceitos científicos, de forma que os educandos reflitam sobre tal prática de uso, que os rodeia. Para tal confecção é de suma importância a identificação de espécies das plantas mais utilizadas na comunidade/no município, ocasionando assim uma pesquisa de campo, que mobilizará os educandos "para dentro" da comunidade. Da mesma forma, será necessário um breve levantamento das doenças que mais afetam esta comunidade. Depois um cruzamento da descrição de uso das plantas, ou seja, para quais doenças servem. Sempre tendo em conta a valorização da interdisciplinaridade e da valorização da ciência. Ou, como pondera Deuseli Carneiro (2018, p. 14), o que se pretende na proposta desse trabalho, é fazer com que os estudantes através do Ensino de Ciências como investigação, possam compreender o conhecimento sobre as plantas medicinais, quais já conhecem, sua utilização, instigando neles novas descobertas, que contribuirão no processo de ensino aprendizagem.

Deste modo, os educandos entendem/compreendem a importância de estudar as plantas, sentindo-se atraídos pelo conteúdo. Nesse sentido, os métodos de estudos de Ciências contribuem bastante no processo de formação, não apenas no processo educacional, mas no processo cultural do indivíduo, através da Etnobotânica, ciência que estuda as inter-relações diretas entre pessoas/civilizações e as plantas do seu ambiente, reunindo fatores culturais, ambientais e os conhecimentos sobre as plantas, empregadas na aplicação que se faz delas, ou seja, o uso das plantas.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), de 1998, a formação de um cidadão crítico exige sua inserção numa sociedade em que os conhecimentos científicos tecnológicos sejam utilizados de forma reflexiva. Ela deve permitir, também, aos alunos, explorarem informações relacionadas aos fenômenos naturais, à saúde, à tecnologia, a sociedade e ao meio ambiente, favorecendo a construção e ampliação desses conhecimentos. Para a Base Nacional Comum Curricular de 2017, o Ensino de Ciências deverá se apresentar com o compromisso de desenvolvimento do

letramento científico, pois envolve a capacidade dos alunos de compreender e interpretar o mundo natural social e tecnológico do qual estão inseridos.

Os PCN's do Ensino Fundamental possuem objetivos em relação a capacidade de compreensão do educando. Destaco, ao que interessa mais de perto esta monografia, os três objetivos a seguir:

[...] perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente;

[...] saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos;

questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação. (PCN, 1998, p.7)

É para a consecução destes objetivos que este Trabalho de Conclusão de Curso me desafiou a apresentar e propor o uso de plantas medicinais, como metodologia ou proposta, no Ensino de Ciências. A fim de buscar um resgate cultural, histórico e social de conhecimentos e saberes oriundos, principalmente dos povos do campo, uma vez que a atual realidade educacional do município e do país aponta que a educação tem propósito de ofertar aos alunos do campo uma educação a partir de parâmetros vindos de fora, distantes de sua realidade e de seus saberes históricos. As práticas de Ensino de Ciências no ambiente escolar quase sempre se baseiam no conteúdo curricular do livro didático e na "explicação" (ou repetição...) no quadro negro. A aprendizagem neste contexto acaba, na maioria das vezes, sendo extremamente teórica (no sentido de abstrata), sem que aspectos reflexivos sobre o aprendizado sejam trabalhados.

Por isso, reforço a importância dos espaços não formais de aprendizado. Eles atuam não somente como geradores de conhecimento para o aluno, mas também para o próprio corpo docente, ampliando, assim, as possibilidades de aperfeiçoar as aulas de Ciências. Nos espaços não formais de ensino há ainda a possibilidade de se focar o currículo de Ciências, pois, permite mostrar aos alunos conhecimentos de Biologia, de Física, de Química e de Matemática, que são empregados no cotidiano. Essa questão pode ser exemplificada por proposição de "saídas de campo". Nelas, os educandos poderão entender a importância do uso das plantas medicinais em nossa sociedade, o impacto do uso delas na natureza e no nosso corpo (utilizando conhecimentos de Biologia); os

processos de preparação dos "remédios" (com conhecimentos de Física e Química); e os cálculos envolvidos durante o processo de preparação deles (usando conhecimentos de Matemática), dentre outros temas que podem ser abordados e interligados.

Sublinho que o fato do Ensino fragmentado de Ciências (disciplinas de Química, Física e Biologia) passar a ser abordado – e de forma tradicional – apenas nos últimos anos do Ensino Fundamental faz com que a maioria dos alunos ingresse no Ensino Médio com uma concepção de que as disciplinas das Ciências Exatas e Naturais são de difícil compreensão. Normalmente, esta ideia resulta da ausência de incentivo aos educandos ou por eles não enxergarem uma ligação dos conteúdos abordados com os acontecimentos do dia-a-dia (será que os professores enxergam tal ligação?). Nesse aspecto o educador pode utilizar metodologias visando à correlação dessa fragmentação disciplinar com o cotidiano do estudante, para que este passe a ver essas disciplinas – ou esse campo do conhecimento – como essenciais para a sua formação e entendimento de fatos do cotidiano. Isso desmistificará a percepção de “matérias difíceis”, “que não servem para nada” e que “não quero mais ver depois de concluir o Ensino Básico”. O estudo dessas Ciências pode ser iniciado antes do 8º e 9º ano, desde o 6º ano da escolarização, aplicando os conteúdos com metodologias mais simples, e com linguagens e recursos didáticos próprios para a idade. Destaco que o tema Plantas Medicinais possui cunho interdisciplinar, pois envolve diversos conceitos de conhecimentos das áreas das ciências, tecnologia e linguagens. O que pretendo na seção seguinte é apresentar a junção dessas disciplinas (Química, Física, Biologia e Matemática) em torno de um eixo central: “o uso de plantas medicinais”. O que busco é uma nova ferramenta educacional para o meu trabalho como educadora, em sala de aula – e fora dela!

III.II. Buscando uma trilha alternativa para fazer bem o meu trabalho de educadora em Ciências da Natureza e Matemática

Durante toda minha infância presenciei o uso das plantas medicinais no contexto familiar. Como relatei no início deste trabalho, minha avó era benzedeira. Então, tal prática está inserida em minha vida. Assim como em casa, o uso das plantas se fez presente no meu processo escolar. Não só como fonte de cura a males, mas como alimento. O chá não era feito apenas quando alguém ficava doente. Fazia parte da merenda, sempre "ajudando a descer" as bolachas caseiras. Assim, minha ligação com as plantas em si está muito

relacionada ao contexto em que estive e estou imersa. Com minha família, aprendi a cultivar as plantas como fonte de alimento, de renda e de cura. Prática que permanece até os dias atuais, e que pretendo perpetuar para as futuras gerações. E não só na minha família. Pelo caminho que escolhi traçar – o de ser uma educadora do campo, iniciei meus questionamentos quanto às formas de ensino aprendizagem apresentadas a mim lá no passado e, recentemente quando desenvolvi o estágio de docência.

A continuidade se expressa através de um simples questionamento – que se perpetua há um bom tempo: Como melhor se aprende sobre as plantas medicinais? Decorar suas características na sala de aula? Ou, observá-las no horto ou no canteiro e, depois, aprofundar no livro didático? A partir deste questionamento, comecei a pensar que o educando e a comunidade devem ser os protagonistas do processo de conhecimento. Creio que o educando é capaz de construir conhecimento através do que ocorre à sua volta, desde o contato com o educador, com o livro didático, com os colegas, com a escola, com a comunidade. Escola e comunidade considerados como ambientes educacionais, como ambientes de construção de conhecimento. Sempre tendo como objetivo fazer o educando pensar, despertar nele a curiosidade e, por fim, que ele possa criar conhecimento através do que lhe é explicitado, ou seja, não se trata apenas de acumular dados, mas de desenvolver com o educando a capacidade de se conhecer; de aprender como se aprende; de formar ou gerar conhecimento através das experiências individuais e de suas comunidades (o saber popular) em conjunto com material didático, com a escola e com o educador (o saber científico).

Nesse sentido torna-se para mim prioritária a criação compartilhada de espaços educacionais fora da escola. A ideia é, através de processos investigativos, criar "pesquisadores" dentro da comunidade, sempre envolvendo as famílias, a comunidade como um todo. Insisto, a perspectiva é de valorizar tanto o saber popular quanto o saber científico. Serve de referência, para mim, a ação pública de saúde "A Natureza Cura" (ver Introdução e Capítulo 2) e o "horto" e as ações desenvolvidas pelo Médico Dr. Manuel, pelo Engenheiro Agrônomo Gilson e pela prática e estudiosa Dona Terezinha. Espero poder contar com a colaboração direta ou indireta dos dois primeiros, embora queira dar à nova iniciativa um caráter horizontal. O que proponho é desenvolver um "projeto escolar" que envolverá o estabelecimento em que eu trabalhar durante o ano todo, de forma interdisciplinar. Um rodízio entre familiares dos educandos e membros da comunidade assegurará os cuidados e os tratos culturais necessários para garantir o bom funcionamento

do horto escolar ou comunitário. Junto a isso, será fundamental elaborar projetos de iniciação científica voltados aos temas da relação indivíduo e sociedade-natureza e do cuidado (ligado ao direito à saúde). Para isso, julgo importante a construção ou instalação de um laboratório para análise das plantas e para realização de testes. Neste quadro, defendo ainda a promoção de saídas de campo. Lembro que os ônibus escolares ficam estacionados entre o horário do início das aulas e seu término e podem ser utilizados para apoiar essa iniciativa. Da mesma maneira, propor a realização de eventos comunitários relacionados ao tema, para favorecer a interação comunidade-escola. Pode ser, por exemplo, uma tarde "dos chás". Essas ideias são sistematizadas e condensadas na seção seguinte.

III.III. "Campo Alegre tem remédio"; uma proposta inicial a ser discutida, com a escola, com colegas educadoras/es, com mães e pais de educandas/os, com membros da comunidade, com a Secretaria Municipal de Educação

Os passos que julgo necessários:

1ª Etapa: escolha da área a ser estudada e análise dos fatores de influência (sociais, históricos, econômicos e ambientais), no caso a escola e, por consequência, a comunidade onde ela está inserida.

2ª Etapa: comunicação com os educandos (o que significa que a conversa se dará nos dois sentidos) da proposta/prática/atividade e problematização da temática Plantas Medicinais. Para isso, deve-se introduzir a temática demonstrando a sua importância para o município. Este processo pode se dar de forma investigativa. Com uma pesquisa de campo ou com saídas de campo. Por exemplo, na propriedade da Dona M., benzedeira, com um roteiro de observação definido para que o objetivo final saia como planejado. De novo a título de ilustração, tal roteiro poderia ser: características das plantas; variedade das plantas; tipos de solo; clima; características do lugar visitado (o espaço físico); as relações (com a natureza e os seres nela inseridos) que o local desenvolve;

3ª Etapa: visita ao local, coleta de dados e registro fotográfico, possível coleta de plantas. Esta etapa deve ser caracterizada pela visita ao "canteiro de remédios" da casa da

benzedeira, com objetivo de observar a realidade e o cultivo das plantas. Construir infográficos e tabelas para apresentar dados.

4ª Etapa: Desenvolvimento sobre a temática, planejar as ações que serão realizadas, facilitando e promovendo a construção da proposta prática que será trabalhada pelos educandos. Devem ser considerados alguns aspectos: contextualizar os conteúdos formais do tema abordado; dar caráter científico para a abordagem, estimulando um processo investigativo nos educandos; conhecer a fisiologia das plantas apresentadas na saída de campo; considerar o manejo do solo; usar conceitos e conhecimentos de outras disciplinas para desenvolver o conteúdo; estimular a problematização e a resolução de problemas por meio do uso de conhecimentos aplicados.

5ª Etapa: oficinas pedagógicas com pessoas qualificadas. A título de exemplo, cito mais uma vez o Engenheiro Agrônomo Gilson, e o Médico Dr. Manuel, mas também todas as benzedeiros listadas no Quadro 3 deste TCC. Nestas oficinas, os/as educandos/as poderão conhecer e debater orientações sobre como confeccionar um "canteiro de chás" ou um "horto". É a partir dessa troca de experiências e ensinamentos – não só das oficinas, mas também das saídas de campo – que os/as educandos/as irão se mobilizar e mobilizar seus familiares para a construção coletiva do "canteiro" na escola ou do "horto" na comunidade. Uma maneira complementar de interação da comunidade para dentro da escola será a doação de horas de trabalho ou de material (por exemplo, húmus ou mudas) para confecção do "canteiro de medicinais".

6ª Etapa: Resultado das atividades. Nesta etapa deve-se objetivar atingir a comunidade escolar por intermédio dos conhecimentos produzidos nas etapas anteriores. Para isso, é fundamental a promoção de eventos na escola, contemplando a interação entre comunidade-escola-educando/a. Podem ser "tardes de chás", "rodas de conversas" ou visitas dirigidas no "canteiro" ou "horto". Os/as educandos/as devem assumir o papel de protagonistas, apresentando as ervas medicinais estudadas, esclarecendo as dúvidas dos/as participantes, sendo ativos/as nas trocas de conhecimentos.

7ª Etapa: avaliação das atividades desenvolvidas. Deve-se definir um período para realizar uma reflexão conjunta sobre todo o trabalho que foi desenvolvido. As ações

realizadas devem ser analisadas. Será preciso apontar correções para os problemas e dificuldades identificados. Indispensável, da mesma forma, será redefinir metas e determinar a próxima aplicação do "projeto" (anos ou turmas diferentes). Finalmente, será importante colher relatos e apreciações de educandas/os, de membros do quadro da escola (o que inclui gestoras/es, educadoras/es e servidoras/es), de familiares das/os educandas/os, insistindo sobre o que elas/es julgam os pontos fracos e fortes da proposta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de uma proposta pedagógica para o Ensino de Ciências, como procurei desenvolver neste Trabalho de Conclusão de Curso, se mostrou algo instigante. Precisei, como "quase" educadora do campo, incorporar minhas próprias ideias nesta monografia. Posicionar-me foi o maior desafio. Para que o processo acontecesse, tive que me inserir no campo, no sistema municipal de educação e no município como um todo. Passei muitas horas imersa nesse contexto, conversando com pessoas que fazem parte dele. Felizmente, todos/as foram muito receptivos/as e sempre dispostos/as a me apoiar. Percebi que estar na SME-CA, trabalhando como agente operacional, me abriu muitas portas. Pude, nesta condição, conhecer melhor e estabelecer vínculos com o sistema municipal de educação, o que, por sua vez, facilitou a autorização para que eu realizasse o que era proposto para este TCC.

Inicialmente, elaborei um projeto de pesquisa. Para estruturar a proposta, procurei algo simples e acessível, pensando na minha – pelo menos, potencial – imediata atuação como educadora do campo. Baseei-me, assim, na história do uso das plantas medicinais no município de Campo Alegre e nas experiências por mim vivenciadas, seja com o próprio tema, seja nos debates sobre Educação do Campo na EduCampo-UFSC. Defini, em seguida, que essa monografia resultaria em uma proposta pedagógica que sirva de fundamento para a minha atuação, como egressa da Licenciatura em Educação do Campo da UFSC, no Ensino de Ciências, nos anos finais do Ensino Fundamental, em uma unidade escolar da Rede Municipal de Campo Alegre. Estabeleci, também, que o processo investigativo seria conduzido através de leituras e releituras – que permearam minha formação – com uma abordagem que favoreçam uma formação integral e emancipadora dos/as educandos/as, que respeite a dinâmica cultural e social dos sujeitos. Finalmente, decidi que minha investigação estaria baseada na escuta e na participação de pessoas envolvidas, no município, em questões atinentes ao foco visado. Sublinho que pude perceber que as pessoas têm muito o que dizer – nos sentidos quantitativo e qualitativo – e querem sempre auxiliar. Cabe a nós, pesquisadores, saber ouvi-las e fazer com que elas se sintam à vontade para compartilhar suas ideias e suas vivências.

Busquei desenvolver, neste esforço, a conjugação de importantes temas ligados à minha formação como Licenciada em Educação do Campo: a Educação do Campo, as Ciências da Natureza, o encontro/confronto entre Saber Popular e Ciência, especialmente no que se refere às Plantas Medicinais. O que tentei foi indicar possibilidades de percorrer novas rotas para a valorização e a contextualização do conhecimento científico em um município "essencialmente rural", que, sem dúvidas, é o caso de Campo Alegre. Para isso, apresento práticas pedagógicas capazes de promover o despertar da aprendizagem e, ao mesmo tempo, contribuir efetivamente para a vida em sociedade. Tal perspectiva tem em conta que o conhecimento científico se faz importante no processo de desenvolvimento da humanidade, das ciências e de suas tecnologias. E, concomitantemente, que o saber popular, fonte dos conhecimentos prévios dos sujeitos, compõem o cotidiano das pessoas. É através da interação do saber popular e da ciência/conhecimento científico que a humanidade busca a construção do saber.

O que o estudo indica é a importância de a escola ultrapassar seus “muros” e aprofundar o conhecimento científico em um espaço de convivências, de histórias, de cultura e de conhecimento passado de geração a geração. Todo conhecimento sobre as plantas medicinais produzido pelas famílias que residem no município de Campo Alegre pode ser valorizado dentro das escolas. Ele não precisa, obrigatoriamente, se tornar um componente curricular. Pode ser desenvolvido na forma de projetos – de preferência com envolvimento de outros órgãos públicos para além da educação (como a Secretaria Municipal de Saúde, por exemplo) e que valorizem os povos do campo e seus saberes. Aponta, da mesma forma, que Campo Alegre possui pessoal e apoio técnicos, para contribuir para a implantação das práticas pedagógicas apontadas nesta monografia, inclusive a de implantação de um "horto" comunitário de plantas medicinais. Dizendo de outra forma, julgo, a partir da pesquisa, que há condições para desenvolver um ensino crítico, participativo e específico, através do uso de novas metodologias e práticas que sejam capazes de despertar nos/as alunos/as uma real valorização das ciências. Penso que isso se fará trabalhando o Ensino de Ciências da Natureza a partir da interdisciplinaridade, a partir do conhecimento prévio do/a aluno/a sobre sua realidade, numa perspectiva agroecológica, dentro de conceitos que permeiam a Educação do Campo, tendo como base o conhecimento sobre as plantas medicinais e seus usos. O conhecimento das características dessas plantas tem perpassado gerações, sendo guardado e transferido pelos povos do campo, os/as guardiões/guardiãs das medicinas naturais. A escola pode trabalhar

a identificação das plantas e dos princípios ativos, as recomendações e as contraindicações, as análises em laboratórios.

Destaco que, ao chegar ao final desta empreitada – especialmente, a partir do momento que iniciei a sistematização final para o formato exigido, penso ser necessário colocar em prática a proposta para perceber seus possíveis limites e realizar os ajustes necessários. De qualquer forma, há ainda dois passos necessários e indispensáveis antes de ensaiar qualquer implantação.

O primeiro deles é – se, claro, esta monografia for aprovada pela banca – apresentar o Trabalho de Conclusão de Curso à Direção Pedagógica Administrativa da Educação Básica da Secretaria Municipal de Educação e propor um debate sobre ele. Creio que essa iniciativa pode mudar "olhares" e valorizar a Educação do Campo no município.

A segunda ação imprescindível é uma aproximação com os gestores da EEB Argemiro Gonçalves, da Rede Estadual, situada no perímetro urbano de Campo Alegre e "legalizada", pela SED-SC, como "do campo". Além do reconhecimento em si abrir novas perspectivas para o meu debate e minha possível ação em uma escola da Rede Municipal, interessa diretamente ao balizamento para a implantação da proposta aqui construída o conhecimento e a avaliação do significado e da amplitude dessa implementação – para além da adoção da Pedagogia da Alternância, para o Projeto Político Pedagógico da unidade escolar e, em consequência, para a adoção de procedimentos pedagógicos ou práticas pedagógicas que favoreçam a "partilha de saberes".

REFERÊNCIAS

BASSO, Eloisa. **Plantas Medicinais: interligando saberes no ensino de ciências** /Eloisa Basso, Aline Locatelli. - 2021.

BAUMANN, Siuzete Vandresen. **Da vida das escolas rurais isoladas a uma escola isolada da vida rural**; aprendizagens do processo de nucleação em Santa Rosa de Lima. Florianópolis, 2012. 166 f. (Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Educação, Dissertação de Mestrado).

BRASIL. **DECRETO Nº 7.352, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010**. Disponível em:<www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2010/decreto-7352-4-novembro-2010-609343-norma-pe.html> Acesso em: agosto de 2021

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em:
<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf.> Acesso em: agosto de 2021.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências Naturais / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRITTO, Néli Suzana; MIOTTO Giselle; SAGAE Erika; **Ciências da Natureza e a Educação do Campo: mosaico do corpo, ciência e cultura - as plantas medicinais tecendo os saberes e fazeres**. 2011, 8p. [artigo apresentado no Encontro Regional Sul de Ensino de Biologia (EREBIO-SUL) IV Simpósio Latino Americano e Caribenho de Educação em Ciências do International Council of Associations for Science Education (ICASE)]

CAMPO ALEGRE. **Economia**, 2014. Disponível em:
<www.campoalegre.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/28660.> Acesso em: agosto de 2021)

CAMPO ALEGRE. **Lei Complementar 147/2019**, Disponível em:
<leismunicipais.com.br/a/sc/c/campo-alegre/lei-complementar/2019/14/147/lei-complementar-n-147-2019-institui-o-plano-diretor-do-municipio-de-campo-alegre-sc>. Acesso em: agosto de 2021.

CADETE, Daniel. **Ervas Medicinais no Ensino de Ciências: Saberes Indígenas Kaingang**. 2019. 54 f. (Trabalho de Conclusão de Curso, Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza-Licenciatura, Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim/ RS, 2019)

CARNEIRO, Deuseli F. **Plantas Medicinais: seus usos e percepções a partir do olhar dos estudantes do 7º ano – Escola Estadual Princesa Isabel em Cerro Azul – Paraná**. Matinhos/Paraná, 2018 – UFPR 22 p.

DUVOISIN, Robson R. **Caminhos que se cruzam**, Curitiba, Editora Independently Published, 2019.

IBGE. **Censo agropecuário**, 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/campo-alegre/pesquisa/24/27745>> Acesso em: agosto de 2021.

LOW, T. RODD, T. e BERESFORD, R. **Segredos e Virtudes das Plantas Medicinai**s, Rio de Janeiro, Reader's Digest Brasil Ltda., 1999.

MORREIRA, M, A. **Aprendizagem significativa, organizadores prévios, mapas conceituais, diagramas e unidades de ensino potencialmente significativas**. Instituto de Física da UFRGS, Porto Alegre, 24 p. Material de apoio para o curso Aprendizagem Significativa no Ensino Superior: Teorias e Estratégias Facilitadoras. PUCPR, 2013.

MUNARIM, A. e SCHMIDT, W. O campo e a escola do campo, usar boas medidas para tomar medidas justas: escolas, infraestrutura e relação com territórios educacionais rurais de entorno no Estado de Santa Catarina. In MUNARIM, Antônio; SCHMIDT, Wilson; PEIXER, Zilma Isabel (Org.). **Educação do campo, práticas e políticas em Santa Catarina**. São Paulo: Outras Expressões, 2016. 304 p.

IBGE. Página Internet Cidades e Estados (n.d.). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/campo-alegre.html>> Acesso em: agosto de 2021.

PINHO, Ronizete Guimarães de. **Saberes Populares e o Ensino de Ciências: tradição do chá como vetor para promoção da alfabetização científica**. 2019. 49 f. (Monografia curso Ciências Naturais – Biologia Universidade Federal do Maranhão, Maranhão, 2019)

RIGONI, Rubiane. **Plantas Medicinai**s: uma experiência pedagógica no colégio Estadual do Campo Bom Jesus do Monte – ensino fundamental e médio. Palmeira/PR, 2014 - UFPR 16 p.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Projeto Escolas do Campo**: Pedagogia da Alternância – Ensino Fundamental – 8º e 9º anos. Florianópolis, Secretaria de Estado da Educação, 2018.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Política de educação do campo**. Florianópolis, Secretaria de Estado da Educação, 2018.

SANTOS, Clarice Aparecida dos. Educação do Campo no contexto da ofensiva bolsonarista à educação brasileira. Revista da ANPEGE, v. 16, no. 29, p. 393 - 425, ANO 2020. Disponível em <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege>> Acesso em: setembro de 2021.

SANTOS, José Roberto Lima dos. **O saber popular sobre as Plantas Medicinai**s e o seu significado para a Educação Do Campo: um estudo no Assentamento Roseli Nunes. 2014. 43 f. (Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade de Brasília, Planaltina/Distrito Federal, 2014)

SCHMIDT, Wilson. **Disciplina Campo e Migrações**; semestre 2016-2. Apresentações Power Point, Rio Negrinho, EduCampo-UFSC, 2016. (arquivos em formato pdf foram enviados, por email, após cada sessão, a todos os estudantes matriculados e frequentes).

SILVA, A. F. G. **A construção do currículo na perspectiva popular crítica: das falas significativas às práticas contextualizadas**. (Tese de Doutorado em Educação: Currículo – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.)